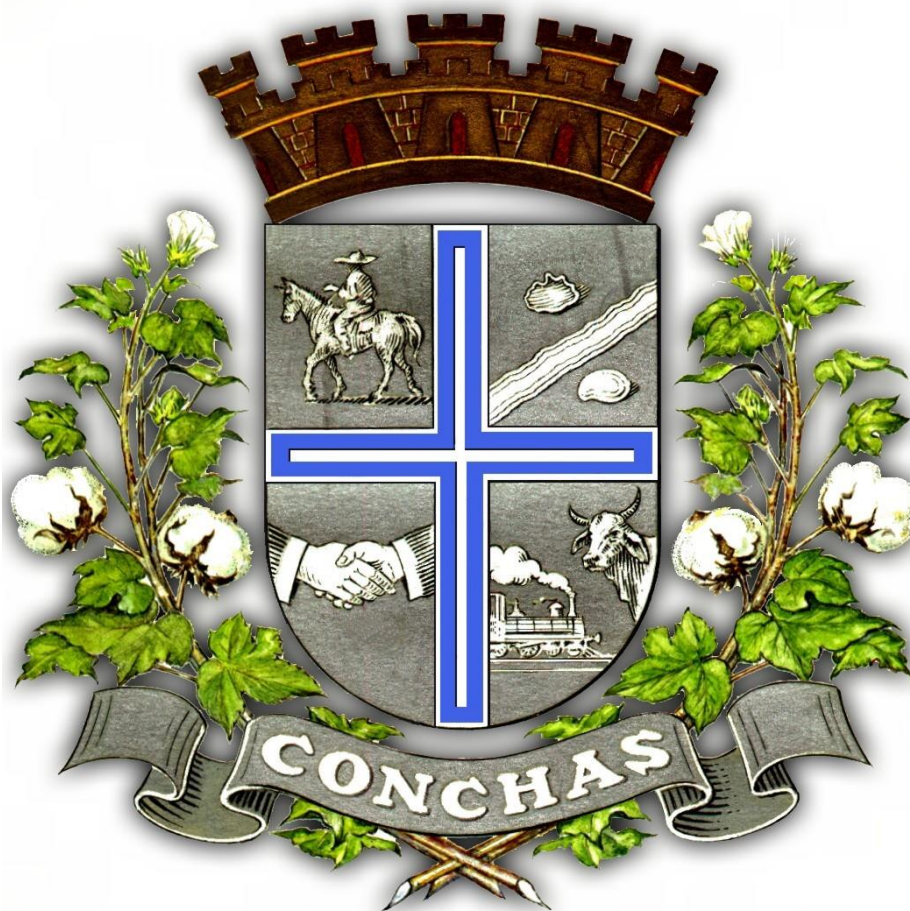


LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CONCHAS



**ATUALIZADA ATÉ
03/08/2016**

(Emenda a Lei Orgânica 10/2016 - 03/08/2016)

Revisado em 19/08/2016

Diagramação
Luciana Cristina Gobo
Assessora Legislativa de Gabinete

Impressão e Layout
Fabiano Santos de Almeida
Assessor Legislativo de Imprensa

Impresso na Câmara Municipal de Conchas

Esta Lei Orgânica encontra-se disponível no site:
www.camaraconchas.sp.gov.br/download/downloads.htm

BRASÃO DE ARMAS DE CONCHAS

Descrição:

- Parte superior: Coroa que demonstra ser uma cidade (*Comarca*);
- Lados direito e esquerdo: Ramo de algodão (*Produto que predominou sobre as demais culturas da terra conchense*);
- Quadrante superior esquerdo: Homenagem aos Tropeiros (*Primeiros habitantes que se estabeleceram nestas terras*);
- Quadrante direito superior: Representa o Ribeirão e suas conchas (*Local de pouso dos Tropeiros que por aqui passavam, dando origem ao nome da cidade*);
- Quadrante inferior esquerdo: Mãos entrelaçadas (*Demonstração cabal de povo ordeiro, amigo e hospitaleiro*).
- Quadrante inferior direito: Imagem de um bovino e uma locomotiva (*Demonstrando a grande zona pecuária e o principal meio de transporte utilizado na época*).
- A cor azul encontrada no Brasão de Armas bem como na Bandeira do município de Conchas representa o céu conchense.



Hino de Conchas

Conchas, salve, salve!

Um ninho de paz e aconchego, aberto em conchas, no chão agreste, do caminho
hostil das bandeiras.

Viva, Viva Conchas!

São tantas as conchas do meu rio, desenhando o belo nome, do nosso Brasil!

Conchas, salve, salve!

A bota do bravo tropeiro, aqui plantou amor e trabalho entre as folhas de luz da
cartilha.

Viva, Viva Conchas!

São tantas as conchas do meu rio, desenhando o belo nome, do nosso Brasil!

Conchas, salve, salve!

Os ferros da sorocabana, e o leito negro das rodovias, cantam alto a canção do
progresso.

Viva, Viva Conchas!

São tantas as conchas do meu rio, desenhando o belo nome, do nosso Brasil!



Letra Luiz José Rodrigues
Música Rossini R. Dutra

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Emenda nº 02/2004 de 29 de dezembro de 2004

(Revisão e atualização)

Cumpre-nos inicialmente deixar registrado nosso respeito e homenagem aos Vereadores da legislatura 1989/1992, que elaboraram e promulgaram a Lei Orgânica que ora se revisa e atualiza.

Desde sua promulgação em 05 de abril de 1990, a Lei Orgânica sofreu algumas emendas que se tornaram necessárias para sua aplicabilidade. Todavia, não foi revista ou atualizada de forma mais completa e adaptada a nossa realidade.

Modificações ocorreram nas Constituições Federal e Estadual, bem como, na legislação ordinária que não foram por nós acompanhadas, salvo as poucas e esparsas emendas. Da mesma forma, as rápidas transformações da sociedade com mudanças profundas na economia e na administração pública, tornaram-na parcialmente desatualizada motivando e justificando o presente trabalho.

Em sua essência a Lei maior do Município promulgada em abril de 1990 permanece íntegra dentro do espírito democrático idealizado por aqueles Vereadores.

Registre-se, por oportuno, neste momento de renovação da Câmara Municipal de Conchas nosso reconhecimento aos trabalhos desenvolvidos pelos Vereadores Prof. José Del Bem e Dr. Anselmo Eduardo Martelini na revisão e atualização da Lei Orgânica e aos demais vereadores da atual e da futura legislatura.

Esperamos, pois que esta nova Lei Orgânica ao entrar em vigor em 1º de janeiro de 2005, cumpra seu papel principal que é dar suporte legal a conduta e aos atos de todos os cidadãos e dos administradores, norteando-os na busca do desenvolvimento do Município e na promoção da justiça social.

É o que esperamos e acreditamos.

Conchas, 29 de dezembro de 2004.

José Tadeu Almada Neder
Presidente

SUMÁRIO

Preâmbulo

Título I - Disposições Preliminares (arts. 1º a 5º)

Capítulo I Do Município

Seção I Disposições Gerais

Seção II Da Divisão Administrativa do Município (arts. 6º a 11)

Capítulo II Da Competência (art. 12)

Seção I Da Competência Privativa (art. 13)

Seção II Da Competência Concorrente e Suplementar (art. 14)

Seção III Da competência Comum (art. 15)

Seção IV Das Vedações (art. 16)

Título II - Da Organização dos Poderes Municipais

Capítulo I Do Poder Legislativo

Seção I Disposições Preliminares (art. 17)

Seção II Da Competência (art. 18)

Seção III Da Competência Privativa da Câmara (art. 19)

Seção IV Da Instalação (arts. 20 a 24)

Seção V Das Sessões (arts. 25 a 28)

Subseção I Das Sessões Legislativas Extraordinárias (art. 29)

Subseção II Das discussões e votações (arts. 30 a 37)

Seção VI Da Composição (art. 38)

Subseção I Da Mesa Diretora (arts. 39 a 42)

Subseção II Do Presidente (art.43)

Subseção III Das Comissões (arts. 44 a 46)

Subseção IV Do Plenário (art. 47)

Seção VII Da Responsabilidade do Vereador (arts. 48 a 51)

Seção VIII Dos Direitos do Vereador (art. 52)

Subseção I Da Inviolabilidade (art. 53)

Subseção II Do Subsídio (arts. 54 a 55)

Subseção III Da Licença (arts. 56 a 57)

Seção IX Dos Deveres do Vereador (art. 58)

Subseção Única Do Testemunho (art. 59)

Seção X Da Perda do Mandato (art. 60)

Subseção I Da Extinção do Mandato (art. 61)

Subseção II Da Cassação do Mandato (arts. 62 a 67)

Seção XI Das Comissões Especiais de Inquérito (arts. 68 a 87)

Seção XII Do Suplente (arts. 88 a 89)

Seção XIII Do Processo Legislativo

Subseção I Disposições Gerais (art. 90)

Subseção II Da Emenda à Lei Orgânica (arts. 91 a 93)
Subseção III Das Leis Complementares (art. 94)
Subseção IV Das Leis Ordinárias (art. 95)
Subseção V Dos Projetos de Lei (arts. 96 a 101)
Subseção VI Dos Decretos Legislativos e das Resoluções (arts. 102 a 103)
Seção XIV Da Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária,
Operacional e Patrimonial (arts. 104 a 106)
Seção XV Do Plebiscito e do Referendo (arts. 107 a 109)

Capítulo II Do Poder Executivo

Seção I Do Prefeito (art. 110)
Subseção I Da Posse e do Exercício (arts. 111 a 112)
Seção II Das Atribuições (art. 113)
Seção III Dos Direitos e Deveres (arts. 114 a 116)
Subseção I Da Licença (arts. 117 a 119)
Subseção II Do Subsídio (arts. 120 a 122)
Subseção III Da Responsabilidade (art. 123)
Seção IV Das Incompatibilidades (art. 124)
Seção V Da Perda do Mandato (art. 125)
Subseção I Da Extinção do Mandato (art. 126)
Subseção II Da Cassação do Mandato (arts. 127 a 130)
Seção VI Do Vice-Prefeito (arts. 131 a 133)
Seção VII Da Substituição e da Sucessão (arts. 134 a 136)
Seção VIII Dos Auxiliares Diretos do Prefeito (arts. 137 a 143)

Título III - Da Organização do Município

Capítulo I Da Administração Municipal

Seção I Princípios Gerais (art. 144)
Seção II Dos Servidores Municipais (arts. 145 a 147)
Seção III Da Guarda Municipal (art. 148)
Seção IV Das Obras e Dos Serviços Públicos Municipais (arts. 149 a 154)
Seção V Dos Bens Municipais – Aquisição, alienação e uso (arts. 155 a 164)

Capítulo II Do Planejamento Municipal (arts. 165 a 168)

Capítulo III Das Contas e dos Atos Municipais

Seção I Do Exame Público das Contas Municipais (art. 169)
Seção II Da Publicidade dos Atos Municipais (art. 170)
Seção III Do Registro (art. 171)
Seção IV Da Forma (art. 172)
Seção V Das Certidões (art. 173)

Título IV - Da Tributação, das Finanças e dos Orçamentos

Capítulo I Do Sistema Tributário Municipal

Seção I Dos Tributos (art. 174)

Seção II Dos Impostos Municipais (art. 175)

Seção III Das Limitações do Poder de Tributar (arts. 176 a 178)

Capítulo II Dos Orçamentos (arts. 179 a 182)

Título V - Da Ordem Econômica

Capítulo I Do Desenvolvimento Urbano

Seção I Da Política Urbana (arts. 183 a 187)

Seção II Do Plano Diretor (arts. 188 a 192)

Seção III Do Sistema Viário e do Transporte (arts. 193 a 195)

Título VI - Da Ordem Social

Capítulo I Do Meio Ambiente, dos Recursos Naturais e do Saneamento

Seção I Do Meio Ambiente (arts. 196 a 200)

Seção II Dos Recursos Naturais (arts. 201 a 204)

Seção III Do Saneamento (arts. 205 a 208)

Capítulo II Da Seguridade Social

Seção I Da Saúde (arts. 209 a 212)

Seção II Da Assistência Social (arts. 213 a 216)

Capítulo III Da Educação e da Cultura

Seção I Da Educação (arts. 217 a 220)

Seção II Da Cultura (arts. 221 a 222)

Capítulo IV Dos Esportes, do Lazer e do Turismo (arts. 223 a 225)

Capítulo V Da Proteção à Família, à Criança, ao Adolescente, ao Idoso e às Pessoas Portadoras de Deficiência (arts. 226 a 230)

Capítulo VI

Seção I Disposições Gerais (arts. 231 a 233)

Seção II Ato das Disposições Orgânicas Transitórias (arts. 234 a 235)

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CONCHAS
EMENDA Nº 02/2004 de 29 de dezembro de 2004.

PREÂMBULO

O POVO DE CONCHAS, INVOCANDO A PROTEÇÃO DE DEUS, OBSERVANDO OS PRINCÍPIOS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO VISANDO A TODOS ASSEGURAR OS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA E BEM-ESTAR SOCIAL E ECONÔMICO, APROVA E PROMULGA, POR SEUS REPRESENTANTES, A NOVA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CONCHAS.

TÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I - DO MUNICÍPIO

Seção I - Disposições Gerais

Artigo 1º - O Município de Conchas, unidade da República Federativa do Brasil, com personalidade jurídica de direito público interno, no pleno uso de sua autonomia política, administrativa e financeira, rege-se pelos termos assegurados na Constituição Federal, na Constituição do Estado de São Paulo e nesta Lei Orgânica.

Artigo 2º - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Artigo 3º - São símbolos do Município: a Bandeira, o Brasão e o Hino Municipal, instituídos em lei.

Artigo 4º - A sede do Município dá-lhe o nome e tem categoria de cidade.

Artigo 5º – São objetivos fundamentais do Município de Conchas:

- I – garantir, no âmbito de sua competência, a efetividade dos direitos fundamentais da pessoa humana;
- II – colaborar com os Governos Federal e Estadual na constituição de uma sociedade livre, justa e solidária;
- III – promover o bem-estar e o desenvolvimento da sua comunidade;
- IV – promover adequado ordenamento territorial, de modo a assegurar a qualidade de vida de sua população.

Seção II

Da Divisão Administrativa do Município

Artigo 6º – O Município poderá dividir-se, para fins administrativos, em Distritos a serem criados, alterados, organizados e suprimidos por lei após consulta plebiscitária às populações

interessadas, observada a Legislação Estadual e o atendimento aos requisitos estabelecidos no artigo 8º desta Lei Orgânica.

§ 1º - A criação do Distrito poderá efetuar-se mediante fusão de dois ou mais Distritos, que serão suprimidos, sendo dispensada, nesta hipótese, a verificação dos requisitos do artigo 8º desta Lei Orgânica.

§ 2º - A supressão do Distrito somente se efetuará por lei após consulta plebiscitária à população da área interessada.

§ 3º - A lei que aprovar a supressão de Distrito redefinirá o perímetro do Distrito do qual se originou o Distrito suprimido.

§ 4º - O Distrito terá o nome da respectiva sede, cuja categoria será a de vila.

§ 5º - O Distrito-Sede do Município não será objeto de fusão, extinção ou desmembramento.

Artigo 7º – A lei de criação de Distritos somente será aprovada se obtiver o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Parágrafo único – A votação obrigatoriamente será em dois turnos, com interstício de 10 (dez) dias.

Artigo 8º – São requisitos para a criação de Distritos:

I – população, eleitorado e arrecadação não inferiores à quinta parte exigida para a criação do Município;

II – existência, na povoação-sede, de, pelo menos, 50 (cinquenta) moradias, escola pública, posto de saúde e posto policial;

III – a comprovação do atendimento às exigências enumeradas neste artigo far-se-á mediante:

a) declaração, emitida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de estimativa de população;

b) certidão, emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, certificando o número de eleitores;

c) certidão, emitida pelo agente municipal de estatística ou pela repartição fiscal do Município, certificando o número de moradias;

d) certidão do órgão fazendário Estadual e do Municipal, certificando a arrecadação na respectiva área territorial;

e) certidão emitida pela Prefeitura ou pelas Secretarias de Educação, de Saúde e de Segurança Pública do Estado, certificando a existência de escola pública e dos postos de saúde e policial na povoação-sede.

Artigo 9º – Na fixação das divisas distritais serão observadas as seguintes normas, além daquelas previstas em lei estadual:

I – evitar-se-ão, tanto quanto possível, formas assimétricas, estrangulamentos e alongamentos exagerados;

II – dar-se-á preferência, para a delimitação, às linhas naturais, facilmente identificáveis;

III – na inexistência de linhas naturais, utilizar-se-á linha reta, cujos extremos, pontos naturais ou não, sejam facilmente identificáveis e tenham condições de fixidez;

IV – é vedada a interrupção de continuidade territorial do Município ou Distrito de origem.

Parágrafo único – As divisas Distritais serão descritas trecho a trecho, salvo para evitar duplicidade nos trechos que coincidirem com os limites municipais.

Artigo 10 – A alteração da divisão administrativa do Município far-se-á anualmente, através de lei municipal, garantida a participação popular.

Artigo 11 – A instalação do Distrito se fará perante o juiz de Direito da Comarca, na sede do Distrito.

CAPÍTULO II - DA COMPETÊNCIA

Artigo 12 – Ao Município de Conchas compete prover a tudo quanto respeite aos interesses locais e ao bem-estar da sua população.

Seção I - Da Competência Privativa

Artigo 13 – Compete ao Município, no exercício de sua autonomia, legislar e prover sobre tudo quanto respeite ao interesse local, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento de suas funções sociais e garantir o bem-estar de seus habitantes, cabendo-lhe, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

I – instituir e arrecadar os tributos de sua competência;

II – arrecadar e administrar os recursos financeiros que lhe pertencerem, na forma de lei;

III – elaborar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, estimando a receita e fixando a despesa;

IV – dispor sobre a organização e execução dos seus serviços públicos;

V – dispor sobre a alienação, a administração e a utilização de seus bens;

VI – adquirir bens, inclusive através de desapropriação por necessidade, utilidade pública ou por interesse social;

VII – organizar o quadro e estabelecer o Regime Jurídico de seus servidores;

VIII – dispor sobre a concessão, permissão e autorização dos serviços públicos locais, fixando os respectivos preços;

IX – elaborar o seu Plano Diretor;

X – instituir as normas de edificação, de loteamentos, de desmembramento, de arruamento e de zoneamento urbano, fixando as limitações urbanísticas, convenientes à ordenação de seu território;

XI – constituir as servidões necessárias aos seus serviços;

XII – dispor sobre a utilização dos logradouros públicos e especialmente sobre:

a) os locais de estacionamento de táxis e demais veículos;

b) o itinerário e os pontos de parada dos veículos de transporte coletivo;

c) os limites e a sinalização das áreas de silêncio, de trânsito e de tráfego em condições peculiares;

d) os serviços de carga e descarga e a tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas.

XIII – sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como disciplinar e fiscalizar a sua utilização;

XIV – prover sobre a limpeza dos logradouros públicos, o transporte e o destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza e procedência;

XV – dispor sobre o registro, a vacinação e a captura de animais;

XVI – dispor sobre os serviços funerários, administrar os cemitérios públicos e fiscalizar os cemitérios particulares;

XVII – dispor sobre a afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda em logradouros públicos;

XVIII – dispor sobre o depósito e destino de animais e mercadorias apreendidos em decorrência de transgressão de legislação municipal;

XIX – dispor sobre o controle da poluição ambiental, no que couber;

XX – dispor sobre a concessão, permissão e autorização de uso dos bens municipais;

XXI – aceitar legados e doações;

XXII – dispor sobre espetáculos e diversões públicas;

XXIII – dispor sobre a localização, instalação e o funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, concedendo e ou renovando licença;

XXIV - ordenar as atividades, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, observadas as normas federais pertinentes;

XXV - organizar e manter os serviços de fiscalização necessários ao exercício do seu poder de polícia administrativa;

XXVI - conceder, permitir ou autorizar os serviços de transporte coletivo e de táxis, fixando as respectivas tarifas;

XXVII - prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza;

XXVIII – dispor sobre o comércio ambulante;

XXIX – instituir e impor as penalidades por infração às suas leis e regulamentos;

XXX – dispor sobre a criação de animais na zona urbana;

XXXI – promover, no que couber, adequado ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

XXXII – planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas;

XXXIII – dispor sobre licitação e contratos, respeitadas as normas gerais editadas pela União.

Seção II - Da Competência Concorrente e Suplementar

Artigo 14 – Compete ao Município legislar concorrentemente com a União e suplementar a legislação federal e estadual, no que couber.

Seção III – Da Competência Comum

Artigo 15 - O Município tem como competência comum com a União e o Estado, observada a Lei Complementar Federal, as seguintes atribuições:

- I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;
- II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
- III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
- IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;
- V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;
- VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
- VII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;
- VIII - preservar as florestas, a fauna e a flora;
- IX - promover programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;
- X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;
- XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;
- XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito;
- XIII - estimular a educação física e a prática do esporte;
- XIV - promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico;
- XV - colaborar no amparo à maternidade, à infância, aos idosos, aos inválidos, bem como a proteção aos menores abandonados.

Seção IV – Das Vedações

Artigo 16 - Ao Município é vedado:

- I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;
- II - recusar fé aos documentos públicos;
- III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si;
- IV - subvencionar ou auxiliar de qualquer modo, com recursos pertencentes aos cofres públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviço de alto-falante ou qualquer outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou fins estranhos à administração;
- V - manter a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos que não tenham caráter educativo, informativo ou de orientação social, assim como a publicidade da qual constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - outorgar isenções e anistias fiscais ou permitir a remissão de dívidas, sem interesse público justificado, sob pena de nulidade do ato.

TÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES MUNICIPAIS

CAPÍTULO I - DO PODER LEGISLATIVO

Seção I - Disposições Preliminares

Artigo 17 – O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta por 09 (nove) vereadores, eleitos na forma do artigo 29, inciso I da Constituição Federal, com base nos preceitos constitucionais, nesta Lei Orgânica e no seu Regimento Interno.

Seção II - Da Competência

Artigo 18 – Compete à Câmara Municipal, com a sanção do prefeito, dispor sobre todas as matérias de interesse local, especialmente sobre:

I – tributos municipais, bem como autorizar isenções, anistias fiscais e a remissão de dívidas;

II – o Orçamento Anual, o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

III – a concessão de auxílios e subvenções;

IV – a aquisição e a alienação de bens imóveis;

V – a permissão e a concessão de uso e a concessão de direito real de uso de bens imóveis municipais;

VI – regime jurídico dos servidores municipais;

VII – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas e fixação dos respectivos vencimentos, observados os parâmetros da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

VIII – o Plano Diretor;

IX – normas de polícia administrativa;

X – organização dos serviços municipais;

XI – alteração e denominação de próprios e logradouros públicos;

XII – delimitação do perímetro urbano;

XIII – concessão de serviços públicos;

XIV – **Declarado Inconstitucional pela ADIN nº 137.462.0**

XV – criação, organização e supressão de Distritos, mediante prévia consulta plebiscitária;

XVI – o subsídio do prefeito, do vice-prefeito, dos vereadores e dos secretários municipais, em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono ou prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, admitida sempre a atualização monetária, atendidos os limites constitucionais.

Parágrafo único – O disposto no inciso IV deste artigo não se aplica à aquisição de imóveis por doação sem encargo.

Seção III - Da Competência Privativa Da Câmara

Artigo 19 – Compete privativamente à Câmara Municipal:

I – eleger a sua Mesa ou destituí-la;

II – votar o seu Regimento Interno;

III – organizar os seus serviços administrativos;

IV – dar posse ao prefeito, ao vice-prefeito, conhecer de sua renúncia e afastá-los definitivamente do exercício do cargo, nos casos previstos em lei;

V – representar contra o prefeito;

VI – julgar o prefeito, o vice-prefeito e os vereadores, nos casos previstos em lei;

VII – conceder licença ao prefeito, ao vice-prefeito e aos vereadores, para afastamento do cargo, nos termos do disposto nesta Lei Orgânica;

VIII – autorizar o prefeito a ausentar-se do Município quando por mais de 15 (quinze) dias e, do País, por qualquer tempo;

IX – criar Comissões Especiais de Inquérito sobre fato determinado que se inclua na competência municipal, por prazo certo, mediante Requerimento de um terço dos seus membros, não podendo funcionar, concomitantemente, mais de três Comissões;

X – solicitar informações ao prefeito sobre assuntos referentes à Administração;

XI – apreciar os vetos;

XII – conceder honrarias a pessoas que, reconhecida e comprovadamente, tenham prestado serviços relevantes ao Município, ou nele se destacado pela atuação exemplar na vida pública e particular, mediante proposta de dois terços dos membros da Câmara;

XIII – sustar os atos normativos do Executivo que exorbitem o poder regulamentar;

XIV – convocar o Prefeito, Vice-Prefeito e os titulares das Secretarias e Assessorias da Administração direta, bem como dirigentes da Administração indireta do Município, para prestar esclarecimentos sobre matéria de sua competência, previamente determinadas, em prazo não inferior a vinte dias e nem superior a trinta dias para comparecimento, prorrogável por mais quinze dias, desde que solicitado e devidamente justificado;

XV – deliberar sobre assuntos de sua economia interna, mediante Resolução e, nos demais casos de sua competência privativa, por meio de Decreto Legislativo;

XVI – fiscalizar os atos do prefeito e dos dirigentes das autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista municipais;

XVII – requerer a intervenção do Estado no Município, nos casos previstos na Constituição Federal;

XVIII – autorizar referendo e convocar plebiscito;

XIX – exercer, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, a fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município;

XX – tomar e julgar as contas do prefeito, deliberando sobre o Parecer do Tribunal de Contas do Estado, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos:

a) o Parecer do Tribunal somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara;

b) decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias sem deliberação pela Câmara, o Parecer será incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se as demais deliberações, até que se ultime a votação;

c) rejeitadas as contas, serão estas, imediatamente, remetidas ao Ministério Público para os fins de direito.

XXI – transferir, temporária ou definitivamente o local de suas reuniões;

XXII – decretar a perda de mandato do prefeito e dos vereadores, nos casos indicados na Constituição Federal e nesta Lei Orgânica;

XXIII – autorizar a realização de empréstimos, aplicações ou acordos externos de qualquer natureza, de interesse do Município;

XXIV – proceder à tomada de contas do prefeito, através da Comissão Especial, quando não apresentadas à Câmara, dentro de 60 (sessenta) dias após a abertura da Sessão Legislativa;

XXV – criar, transformar e extinguir cargos, empregos e funções de seus serviços, através de Resolução e fixar os respectivos vencimentos, através de lei de sua iniciativa.

Parágrafo Único - O não atendimento no prazo estipulado nos incisos X e XIV, deste artigo, faculta ao Presidente da Câmara solicitar, na conformidade da legislação vigente, a intervenção do Poder Judiciário para fazer cumprir a legislação.

atenção

Seção IV - Da Instalação

Artigo 20 – No primeiro ano de cada Legislatura, no dia 1º de janeiro, às 10:00 horas, em Sessão de Instalação, independentemente do número de vereadores, sob a Presidência do mais votado dentre os presentes, os vereadores prestarão compromisso e tomarão posse.

Artigo 21 – O presidente prestará o seguinte compromisso:

“PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHAR, COM LEALDADE, O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO E TRABALHAR PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO DE CONCHAS E DO SEU POVO”.

E, em seguida, o secretário designado para este fim fará a chamada de cada vereador, que declarará: “ASSIM O PROMETO”.

Artigo 22 – O vereador que não tomar posse na Sessão prevista no artigo 20, poderá fazê-lo até 15 (quinze) dias depois da primeira Sessão Ordinária da Legislatura.

Artigo 23 – O vereador ficará impedido de tomar posse:

I – se não se desincompatibilizar nos termos do que dispõe o artigo 38 da Constituição Federal;

II – se deixar de apresentar à Presidência, na Sessão de posse, sua declaração de bens.

Artigo 24 – O vereador entrará no exercício do mandato imediata e automaticamente após a posse.

Seção V - Das Sessões

Artigo 25 – Independentemente de convocação, a Sessão Legislativa anual desenvolve-se de 1º de fevereiro a 15 de julho e de 1º de agosto a 24 de dezembro. [\(Alterado pela Emenda 07/2013\)](#)

§ 1º – A Câmara se reunirá em Sessões Ordinárias, Extraordinárias ou Solenes, conforme dispuser o seu Regimento Interno, e as remunerará de acordo com o estabelecido na Constituição Federal e nesta Lei Orgânica.

§ 2º – As Sessões Extraordinárias serão convocadas pelo presidente da Câmara em Sessão ou fora dela, mediante, neste último caso, comunicação pessoal e escrita aos vereadores, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 3º – Na Sessão Legislativa Extraordinária, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada.

§ 4º – As reuniões marcadas dentro dos períodos mencionados no *caput*, serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando coincidirem com feriados.

§ 5º - A sessão legislativa ordinária não será interrompida sem a deliberação sobre o projeto de lei orçamentária e sobre o projeto de Lei de diretrizes orçamentárias.

Artigo 26 – As Sessões da Câmara Municipal serão realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento.

§ 1º – Comprovada a impossibilidade de acesso ao recinto, ou outra causa que impeça a sua utilização, as Sessões poderão ser realizadas em outro local.

§ 2º – As Sessões Solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara Municipal.

Artigo 27 – As Sessões serão públicas, salvo deliberação em contrário, aprovada por dois terços de seus membros, quando ocorrer motivo de relevante interesse público ou de preservação do decoro parlamentar.

Artigo 28 – As Sessões serão abertas com a presença de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara Municipal e somente deliberará com a presença da maioria absoluta.

Parágrafo único – Considerar-se-á presente à Sessão o vereador que assinar o livro de presença e participar de todas as deliberações do Plenário.

Subseção I - Das Sessões Legislativas Extraordinárias no recesso

Artigo 29 – A convocação extraordinária da Câmara Municipal é possível no período de recesso e far-se-á:

I – pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal;

II – pelo prefeito, em caso de urgência ou interesse público relevante.

§ 1º – A convocação será feita mediante ofício ao presidente da Câmara para reunir-se, no máximo, dentro de 10 (dez) dias.

§ 2º – O presidente da Câmara dará conhecimento da convocação aos vereadores em Sessão ou fora dela mediante, neste último caso, comunicação pessoal escrita, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 3º – Durante a Sessão Legislativa Extraordinária, a Câmara deliberará exclusivamente sobre a matéria para a qual foi convocada.

Subseção II - Das discussões e votações

Artigo 30 – As deliberações da Câmara Municipal serão tomadas mediante discussão e votação únicas, salvo as exceções previstas nesta Lei Orgânica.

Artigo 31 – A discussão e a votação da matéria constante da Ordem do Dia serão efetuadas com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Parágrafo único – O voto será público, sem nenhuma exceção.

Artigo 32 – Dependerá do voto favorável de dois terços dos membros da Câmara a aprovação:

I – das leis concernentes à:

- a) denominação de próprios e logradouros públicos;
- b) alienação de bens imóveis;
- c) concessão de moratória, remissão, isenção e anistia.

II – da realização de Sessão Secreta;

III – da rejeição do Parecer do Tribunal de Contas;

IV – da aprovação de proposta para mudança de nome do Município;

V – da destituição de componentes da Mesa;

VI – do processo de cassação do prefeito, do vice-prefeito e dos vereadores;

VII – da alteração desta Lei;

VIII – da concessão de serviços públicos;

IX – da concessão de direito real de uso de bens imóveis;

X – da aquisição de bens imóveis por doação;

XI – da outorga de títulos e honrarias;

XII – da realização de empréstimos de entidade privada.

Artigo 33 – Dependerá do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal a aprovação:

I – do Estatuto dos Servidores Municipais;

II – da rejeição de veto do Executivo;

III – do parcelamento e uso do solo;

IV – do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Artigo 34 – A aprovação das matérias não constantes dos artigos anteriores dependerá do voto favorável da maioria dos vereadores presentes à Sessão.

Artigo 35 – O vereador que estiver presidindo a Sessão só terá direito a voto:

I – na eleição da Mesa;

II – quando o seu voto for necessário para completar o quórum de dois terços dos membros da Câmara exigido para a aprovação da matéria; (Alterado pela Emenda nº 09/2014)

III – Declarado Inconstitucional (ADIN nº 83.031.64.2013.08.26.0000); (Alterado pela Emenda nº 09/2014)

IV – Quando houver empate em qualquer votação do Plenário; (Incluso pela Emenda nº 09/2014)

Artigo 36 – O voto será público:

I – na eleição da Mesa;

II – na concessão de Título de Cidadão Honorário.

Artigo 37 – O vereador que tiver interesse pessoal na deliberação não poderá votar, sob pena de nulidade da votação, se o seu voto for decisivo.

Seção VI - Da Composição

Art. 38 – A Câmara Municipal é composta dos seguintes órgãos:

I – Mesa Diretora;

II – Comissões;

III – Plenário.

Subseção I - Da Mesa Diretora

Artigo 39 – Imediatamente após a posse, os vereadores reunir-se-ão, sob a Presidência do vereador mais votado dentre os presentes e, havendo maioria absoluta dos seus membros, elegerão os componentes da Mesa, por votação pública e maioria absoluta de votos, considerando-se automaticamente empossados os eleitos.

§ 1º – Se o candidato não obtiver maioria absoluta de votos, proceder-se-á, imediatamente, a novo escrutínio, considerando-se eleito o mais votado, ou, no caso de empate, o mais idoso.

§ 2º – Não havendo número legal, o vereador que estiver investido nas funções de presidente dos trabalhos convocará Sessões diárias, até que haja número legal e seja eleita a Mesa.

Artigo 40 – A Mesa será composta de presidente, vice-presidente, primeiro secretário e segundo secretário.

§ 1º – Os membros da Mesa, nos impedimentos ou ausências, serão substituídos, sucessivamente, atendida a ordem de hierarquia dos cargos.

§ 2º – Na ausência dos secretários, o presidente em exercício na Sessão convidará qualquer vereador para o desempenho daquelas funções.

§ 3º – As atribuições e competências dos membros da Mesa Diretora serão aquelas definidas no Regimento Interno.

Artigo 41 – O mandato da Mesa será de 02 (dois) anos, vedada a reeleição de qualquer um dos membros para o mesmo cargo na eleição subsequente, mesmo que se trate de outra legislatura.

Parágrafo único – Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído, pelo voto de dois terços dos membros da Câmara, quando faltoso, omissos ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se outro vereador para completar o mandato.

Artigo 42 – A eleição para renovação da Mesa realizar-se-á na última Sessão Ordinária da segunda Sessão Legislativa, considerando-se os eleitos automaticamente empossados em 1º de janeiro do ano subsequente.

Subseção II - Do Presidente

Artigo 43 – Compete ao presidente da Câmara Municipal, dentre outras atribuições:

I – representar a Câmara Municipal em juízo ou fora dele;

II – autorizar despesas, dirigir, executar e disciplinar os trabalhos da Câmara Municipal;

III – interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno da Câmara Municipal;

IV – promulgar as Resoluções e os Decretos Legislativos, bem como as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário;

V – fazer publicar os Atos, as Resoluções, os Decretos Legislativos e as leis por ele promulgadas;

VI – declarar extinto o mandato do prefeito, do vice-prefeito e dos vereadores, nos casos previstos em lei;

VII – requisitar as dotações orçamentárias da Câmara Municipal;

VIII – apresentar ao Plenário, até o dia 20 (vinte) de cada mês, o Balancete Orçamentário do mês anterior;

IX – solicitar e encaminhar, por decisão da maioria absoluta da Câmara, pedido de intervenção no Município, nos casos previstos na Constituição Federal;

X – manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar a força necessária para este fim;

XI – exercer, em substituição, a Chefia do Executivo Municipal, nos casos previstos em lei;

XII – prestar informações por escrito e expedir certidões quando requeridas para defesa de direitos e esclarecimentos das situações de interesse pessoal;

XIII – propor a realização de audiências públicas com entidades da sociedade civil e com membros da comunidade;

XIV – designar Comissões Especiais nos termos regimentais, observadas as indicações partidárias.

Subseção III - Das Comissões

Artigo 44 – A Câmara terá Comissões Permanentes e Temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no seu Regimento Interno ou no ato de que resultar sua criação, assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional das bancadas ou blocos partidários.

Artigo 45 – Às Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

- I – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;
- II – convocar prefeito, vice-prefeito e secretários municipais, ou equivalentes, para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;
- III – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;
- IV – solicitar depoimento de qualquer autoridade, servidor ou cidadão;
- V – apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento local e sobre eles emitir parecer;
- VI - dar parecer em projeto de lei, de resolução, de decreto legislativo ou em outros expedientes quando provocadas;
- VII - fiscalizar e apreciar programas de obras e planos municipais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;
- VIII - exercer, no âmbito de sua competência, a fiscalização dos atos do Executivo e da Administração Indireta.

Parágrafo Único - A recusa ou não atendimento das convocações previstas no inciso II deste artigo, caracterizará infração administrativa de acordo com a lei.

Artigo 46 – As Comissões Especiais de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, serão criadas pela Câmara Municipal, mediante Requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Subseção IV - Do Plenário

Artigo 47 – O Plenário, órgão soberano de deliberação da Câmara Municipal, é composto pelos vereadores no exercício do mandato.

Seção VII - Da Responsabilidade Do Vereador

Artigo 48 – O vereador, observado o que estabelece esta Lei Orgânica e a legislação pertinente, pela prática de contravenções penais, crimes comuns e infrações político-administrativas, será processado, julgado e apenado em processos independentes.

Artigo 49 – Pela prática de contravenções e de crimes, serão processados e julgados pela Justiça Comum e pelas infrações político-administrativas, pela Câmara Municipal.

Artigo 50 – É vedado ao vereador:

I – desde a expedição do diploma:

- a) firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, emprego ou função remunerada, inclusive os de que sejam demissíveis *ad nutum*, nas entidades referidas na alínea anterior, salvo, mediante aprovação em concurso público ou se já se encontrava nele antes da diplomação;

II – desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que seja demissível *ad nutum*, nas entidades referidas no inciso I, “a”, salvo o cargo de Secretário Municipal, Coordenador ou Diretor equivalente, desde que se licencie do exercício do mandato;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer uma das entidades a que se refere o inciso I, “a”;

d) ser titular de mais de um cargo público ou mandato eletivo.

Artigo 51 – Perderá o mandato o vereador:

I – que infringir qualquer uma das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III – que deixar de comparecer, em cada Sessão Legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara Municipal, salvo licença ou missão por esta autorizada;

IV – que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V – quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos em lei;

VI – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VII - que fixar residência fora do território municipal.

§ 1º – Além de outros casos definidos no Regimento Interno da Câmara Municipal, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao vereador ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º – Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara Municipal, por voto público e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§ 3º – Nos casos previstos nos incisos III a V, a perda será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer um de seus membros ou de partido político representado na Câmara Municipal, assegurada ampla defesa.

§ 4º – A renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais de que tratam os parágrafos 2º e 3º.

Seção VIII - Dos Direitos Do Vereador

Artigo 52 – São direitos dos vereadores, entre outros:

I – inviolabilidade;

II – subsídio mensal;

III – licença;

IV – afastar-se do cargo, emprego ou função, nos termos do inciso III, IV e V do artigo 38 da Constituição Federal.

V - livre acesso, verificação e consulta a todos documentos oficiais ou a qualquer órgão do Executivo legislativo, Executivo, administração direta, indireta, de fundações ou empresas de economia mista com participação acionária majoritária, da municipalidade.

Subseção I - Da Inviolabilidade

Artigo 53 – Os vereadores são invioláveis, no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos.

Subseção II - Do Subsídio

Artigo 54 – O subsídio dos vereadores será fixado pela Câmara Municipal no último ano da legislatura, até 30 (trinta) dias antes das eleições municipais, vigorando para a legislatura subsequente, observado o disposto na Constituição Federal.

§ 1º – A fixação será veiculada por lei de iniciativa da Mesa da Câmara proposta até 45 dias antes das eleições e aprovada pelo Plenário.

§ 2º – Na hipótese de a proposta não ser apresentada pela Mesa no prazo previsto no parágrafo anterior, qualquer Comissão ou vereador poderá fazê-lo.

§ 3º – O vereador que até 90 dias antes do término de seu mandato deixar de apresentar ao presidente da Câmara declaração de bens atualizada, não fará jus ao subsídio do período correspondente.

Artigo 55 – O subsídio dos vereadores será fixado determinando-se o valor em moeda corrente no País, vedada qualquer vinculação, estabelecido em parcela única e atendidos os limites constitucionais.

Parágrafo único – Ao presidente da Câmara, enquanto representante legal do Poder Legislativo, será fixado subsídio diferenciado daquele estabelecido para os demais vereadores.

Subseção III - Da Licença

Artigo 56 – O vereador poderá licenciar-se, sem perda do mandato:

I – por motivo de doença devidamente comprovada;

II – por motivo de licença gestante;

III – para tratar, sem remuneração, de interesse particular, por prazo determinado, nunca inferior a 30 dias, desde que o afastamento não ultrapasse 120 dias por Sessão Legislativa, vedado o retorno antes do término da licença;

IV – para desempenhar missões temporárias, de caráter cultural ou de interesse do Município;

V – para exercer o cargo de secretário municipal, quando poderá optar pela remuneração do mandato;

§ 1º – Não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado, o vereador investido no cargo de secretário municipal.

§ 2º – Ao vereador licenciado nos termos dos incisos I e II, será devida remuneração como se em exercício estivesse.

§ 3º – Considerar-se-á automaticamente licenciado o vereador afastado nos termos do artigo 65 desta Lei, vedado o pagamento do subsídio correspondente ao período de afastamento.

§ 4º – Ao vereador licenciado nos termos do inciso IV, será devida remuneração como se em exercício estivesse, desde que devidamente comprovada a presença no evento que motivou a concessão da licença;

§ 5º - A licença prevista no inciso IV, depende de aprovação do plenário, porquanto o Vereador estará representando a Câmara e nos demais casos, será concedida pelo Presidente.

Artigo 57 – Nos casos de vaga ou licença do vereador, o presidente da Câmara Municipal convocará imediatamente o suplente.

§ 1º – O suplente convocado deverá tomar posse dentro do prazo de 15 dias, salvo motivo justo e aceito pela Câmara, na forma do que dispuser o Regimento Interno.

§ 2º – Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o quórum em função dos vereadores remanescentes.

§ 3º – Somente se convocará o suplente na hipótese de a licença do titular ser superior a 15 dias.

Seção IX - Dos Deveres Do Vereador

Artigo 58 – São deveres do vereador:

I – conhecer, respeitar, defender e cumprir as Constituições Federal e Estadual, a Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno da Câmara Municipal e as leis;

II – agir com respeito ao Executivo e ao Legislativo, colaborando para o bom desempenho de cada um desses Poderes;

III – representar a comunidade comparecendo pontualmente às reuniões, trajado adequadamente e participar dos trabalhos do Plenário e das votações, dos trabalhos da Mesa Diretora e das Comissões quando eleito para integrar estes órgãos;

IV – usar suas prerrogativas exclusivamente para atender ao interesse público.

Subseção Única - Do Testemunho

Artigo 59 – Os vereadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou das quais receberam informações.

Seção X - Da Perda Do Mandato

Artigo 60 – Ocorre a perda do mandato de vereador por extinção ou por cassação.

Subseção I - Da Extinção do Mandato

Artigo 61 – Extingue-se o mandato do vereador e assim será declarado pelo presidente da Câmara Municipal quando:

I – ocorrer o falecimento;

II – ocorrer a renúncia expressa ao mandato;

III – for condenado por sentença criminal transitada em julgado;

IV – incidir nos impedimentos para o exercício do mandato e não se desincompatibilizar até a posse e, nos casos supervenientes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação para isso promovida pelo presidente da Câmara Municipal;

V – faltar a um terço ou mais das sessões Ordinárias da Câmara Municipal, salvo licença ou missão por esta autorizada;

VI – não tomar posse, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Câmara Municipal, na data marcada;

VII – quando o presidente da Câmara, não substituir ou suceder o prefeito nos casos de impedimento ou vaga.

§ 1º – Considera-se formalizada a renúncia e produzidos todos os seus efeitos para os fins deste artigo, quando protocolada nos serviços administrativos da Câmara Municipal, salvo o disposto no artigo 51, parágrafo 4º, desta Lei.

§ 2º – Ocorrido e comprovado o ato ou fato extintivo, o presidente da Câmara Municipal, na primeira reunião subsequente, o comunicará ao Plenário, fazendo constar da Ata a declaração da extinção do mandato, convocando imediatamente o respectivo suplente.

§ 3º – Se o presidente da Câmara Municipal omitir-se nas providências consignadas no parágrafo anterior, o suplente do vereador interessado poderá requerer a declaração da extinção do mandato.

§ 4º – Na hipótese do inciso VII, a declaração de extinção caberá ao vice-presidente da Câmara Municipal.

Subseção II - Da Cassação do Mandato

Artigo 62 – A Câmara de Vereadores cassará o mandato do vereador quando, em processo regular em que é dado ao acusado amplo direito de defesa, concluir pela prática de infração político-administrativa.

Artigo 63 – São infrações político-administrativas do vereador:

I – deixar de prestar contas, ou tê-las rejeitadas, na hipótese de adiantamento;

II – utilizar-se do mandato para a prática de ato de corrupção ou de improbidade administrativa;

III – proceder de modo incompatível com a ética e o decoro parlamentar, nos termos do disposto no Código de Decoro estabelecido através de Resolução da Câmara Municipal.

Artigo 64 – O processo de cassação do mandato do vereador observará os seguintes princípios:

- I – o contraditório, a publicidade, a ampla defesa e a motivação da decisão;
- II – iniciativa da denúncia por qualquer cidadão, vereador local ou associação legitimamente constituída;
- III – recebimento da denúncia por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal;
- IV – votação individual e pública;
- V – conclusão do processo, sob pena de arquivamento, em até 90 (noventa) dias, a contar do recebimento da denúncia.

§ 1º – O processo de cassação por infração político-administrativa não impede a apuração de contravenções penais, de crimes comuns e de responsabilidade.

§ 2º – O arquivamento do processo de cassação por falta de conclusão não impede, pelos mesmos fatos, nova denúncia, nem a apuração de contravenções penais, crimes comuns e atos de improbidade administrativa.

Artigo 65 – A Câmara Municipal poderá afastar o vereador:

- I – quando a denúncia por infração político-administrativa for recebida por dois terços de seus membros;
- II – quando a denúncia pela prática de crime comum ou ato de improbidade administrativa for recebida pelo Poder Judiciário, perdurando o afastamento até o final do julgamento.

Artigo 66 – Atendidos os princípios elencados no artigo 64, o processo de cassação pela prática das infrações definidas no artigo 61 obedecerá o seguinte rito:

I – a denúncia escrita, contendo a exposição dos fatos e a indicação das provas, será dirigida ao presidente da Câmara e poderá ser apresentada por qualquer cidadão, vereador local, partido político com representação na Câmara ou entidade legitimamente constituída há mais de um ano;

II – se o denunciante for vereador, não poderá participar, sob pena de nulidade, da deliberação plenária sobre o recebimento da denúncia e sobre o afastamento do denunciado, da Comissão Processante, dos atos processuais e do julgamento do acusado, caso em que o vereador impedido será substituído pelo respectivo suplente, o qual não poderá integrar a Comissão Processante;

III – se o denunciante for o presidente da Câmara, passará a Presidência a seu substituto legal, para os atos do processo, e somente votará, se necessário, para completar o quórum do julgamento;

IV – de posse da denúncia, o Presidente da Câmara, ou seu substituto, notificará o denunciado para, querendo, apresentar sua defesa preliminar no prazo de 60 (sessenta) dias, findo o qual será o processo encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que emitirá parecer. [\(Alterado pela Emenda 10/2016\)](#)

a) Sendo o parecer favorável ao prosseguimento da denúncia, o Presidente da Câmara determinará a leitura da denúncia e da defesa, se houver, na primeira sessão ordinária, consultando o plenário sobre o seu recebimento. [\(Incluído pela Emenda 10/2016\)](#)

b) Sendo o parecer desfavorável ao prosseguimento da denúncia, será submetido a votação pelo plenário, somente deixando de prevalecer se a maioria qualificada de 2/3 (dois terços)

assim o decidir, quando será determinado pelo Presidente da Câmara a sua leitura na próxima sessão ordinária, consultando o plenário sobre o seu recebimento. Caso contrário, será a denúncia arquivada; [\(Incluído pela Emenda 10/2016\)](#)

V – decidido o recebimento da denúncia pela maioria absoluta dos membros da Câmara, na mesma Sessão será constituída a Comissão Processante, integrada por três vereadores sorteados entre os desimpedidos, observado o princípio da representação proporcional dos partidos, os quais elegerão, desde logo, o presidente e o relator;

VI – havendo apenas três ou menos vereadores desimpedidos, os que se encontrarem nessa situação comporão a Comissão Processante, preenchendo-se, quando for o caso, as demais vagas através de sorteio entre os vereadores que inicialmente se encontravam impedidos;

VII – a Câmara Municipal poderá afastar o denunciado quando a denúncia for recebida nos termos deste artigo;

VIII – entregue o processo ao presidente da Comissão, seguir-se-á o seguinte procedimento:

a) dentro de cinco dias, o presidente dará início aos trabalhos da Comissão;

b) como primeiro ato, o presidente determinará a notificação do denunciado, mediante remessa de cópia da denúncia e dos documentos que a instruem;

c) a notificação será feita pessoalmente ao denunciado, se ele se encontrar no Município, e, se estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital publicado duas vezes no órgão oficial, com intervalo de 03 (três) dias, no mínimo, a contar da primeira publicação;

d) uma vez notificado, pessoalmente ou por edital, o denunciado terá direito de apresentar defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, indicando as provas que pretende produzir e o rol de testemunhas que deseja sejam ouvidas no processo, até o máximo de dez;

e) decorrido o prazo de 10 (dez) dias, com defesa prévia ou sem ela, a Comissão Processante emitirá parecer dentro de 05 (cinco) dias, opinando pelo prosseguimento ou pelo arquivamento da denúncia;

f) se o parecer opinar pelo arquivamento, será submetido a Plenário, que, pela maioria dos presentes, poderá aprová-lo, caso em que será arquivado, ou rejeitá-lo, hipótese em que o processo terá prosseguimento;

g) se a Comissão opinar pelo prosseguimento do processo ou se o Plenário não aprovar seu parecer de arquivamento, o presidente da Comissão dará início à instrução do processo, determinando os atos, diligências e audiências que se fizerem necessárias para o depoimento e inquirição das testemunhas arroladas;

h) o denunciado deverá ser intimado de todos os atos processuais, pessoalmente ou na pessoa de seu procurador, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sendo-lhe permitido assistir às diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa, sob pena de nulidade do processo.

IX – concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado, para apresentar razões escritas no prazo de 05 (cinco) dias, vencido o qual, com ou sem razões do denunciado, a Comissão Processante emitirá parecer final, opinando pela procedência ou improcedência da acusação e solicitará ao presidente da Câmara a convocação de Sessão para julgamento;

X – na Sessão de julgamento, que só poderá ser aberta com a presença de, no mínimo, maioria absoluta dos membros da Câmara, o processo será lido integralmente pelo relator da Comissão

Processante e, a seguir, os vereadores que o desejarem poderão manifestar-se verbalmente pelo tempo máximo de 15 (quinze) minutos cada um e, ao final, o acusado ou seu procurador disporá de 02 (duas) horas para produzir sua defesa oral;

XI – concluída a defesa, proceder-se-á a tantas votações quantas forem as infrações articuladas na denúncia, considerando-se afastado definitivamente do cargo o denunciado que for declarado incurso em qualquer uma das infrações especificadas na denúncia, pelo voto de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara;

XII – concluído o julgamento, o presidente da Câmara proclamará, imediatamente, o resultado e fará lavrar a ata na qual se consignará a votação sobre cada infração;

XIII – havendo condenação, a Mesa da Câmara expedirá, conforme o caso, o competente Decreto Legislativo ou Resolução, de cassação de mandato, que será publicado na imprensa oficial, e, no caso de resultado absolutório, o presidente da Câmara determinará o arquivamento do processo, devendo, em ambos os casos, comunicar o resultado à Justiça Eleitoral.

Artigo 67 – O processo a que se refere o artigo anterior, sob pena de arquivamento, deverá ser concluído dentro de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento da denúncia.

Parágrafo único – O arquivamento do processo por falta de conclusão no prazo previsto neste artigo não impede nova denúncia sobre os mesmos fatos nem a apuração de contravenções ou crimes comuns.

Seção XI - Das Comissões Especiais De Inquérito

Artigo 68 – As Comissões Especiais de Inquérito destinar-se-ão a apurar irregularidades sobre fato determinado que se inclua na competência municipal, constante de denúncia apresentada por vereador, Comissão da Câmara ou por qualquer cidadão local.

Parágrafo único – Na hipótese de a denúncia ser apresentada por qualquer cidadão local, um terço dos membros da Câmara deverá subscrever o requerimento de constituição da Comissão Especial de Inquérito.

Artigo 69 – As Comissões Especiais de Inquérito serão constituídas mediante requerimento subscrito por, no mínimo, um terço dos membros da Câmara.

Artigo 70 – O requerimento de constituição deverá conter:

I – a especificação do fato ou dos fatos a serem apurados;

II – o número de membros que integrarão a Comissão, não podendo ser inferior a três;

III – o prazo de seu funcionamento, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias;

IV – a indicação, se for o caso, dos vereadores que servirão como testemunhas.

Artigo 71 – Apresentado o requerimento, o presidente da Câmara nomeará, de imediato, os membros da Comissão Especial de Inquérito, mediante sorteio dentre os vereadores desimpedidos.

§ 1º – Consideram-se impedidos os vereadores que estiverem envolvidos no fato a ser apurado, aqueles que tiverem interesse pessoal na apuração e os que forem indicados para servir como testemunha.

§ 2º – Não havendo número de vereadores desimpedidos, suficiente para a formação da Comissão, deverá o presidente da Câmara proceder de acordo com o disposto no Regimento Interno.

Artigo 72 – Composta a Comissão Especial de Inquérito, seus membros elegerão, desde logo, o presidente e o relator.

Artigo 73 – Caberá ao presidente da Comissão designar local, horário e data das reuniões e requisitar funcionário, se for o caso, para secretariar os trabalhos da Comissão.

Parágrafo único – A Comissão poderá reunir-se em qualquer local.

Artigo 74 – As reuniões da Comissão Especial de Inquérito somente serão realizadas com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo único. A Comissão Especial Inquérito inicialmente notificará o investigado, para, querendo, apresentar explicações preliminares do prazo de 30 (trinta) dias. [\(Incluído pela Emenda 10/2016\)](#)

Artigo 75 – Todos os atos e diligências da Comissão serão transcritos e autuados em processo próprio, em folhas numeradas, datadas e rubricadas pelo presidente, contendo também assinatura dos depoentes, quando se tratar de depoimentos tomados de autoridades ou testemunhas.

Artigo 76 – Os membros da Comissão Especial de Inquérito, no interesse da investigação, poderão, em conjunto ou isoladamente:

I – proceder a vistorias e levantamentos nas repartições públicas municipais e entidades descentralizadas, onde terão livre ingresso e permanência;

II – requisitar de seus responsáveis a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários;

III – transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença, ali realizando os atos que lhes competirem.

Parágrafo único – É de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado, o prazo para que os responsáveis pelos órgãos da Administração direta e indireta prestem as informações e encaminhem os documentos requisitados pelas Comissões Especiais de Inquérito.

Artigo 77 – No exercício de suas atribuições, poderão, ainda, as Comissões Especiais de Inquérito, através de seu presidente:

I – determinar as diligências que reputarem necessárias;

II – requerer a convocação de secretário municipal;

III – tomar o depoimento de quaisquer autoridades, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso;

IV – proceder a verificações contábeis em livros, papéis e documentos dos órgãos da Administração direta e indireta.

Artigo 78 – O não atendimento das determinações contidas nos artigos anteriores, no prazo estipulado, faculta ao presidente da Comissão solicitar, na conformidade da legislação federal, a intervenção do Poder Judiciário.

Artigo 79 – As testemunhas serão intimadas e deporão sob as penas de falso testemunho previstas na legislação penal e em caso de não comparecimento, sem motivo justificado, a intimação será solicitada ao juiz criminal da localidade onde reside ou se encontra, na forma do artigo 218 do Código de Processo Penal.

Artigo 80 – Se não concluir seus trabalhos no prazo que lhe tiver sido estipulado, a Comissão ficará extinta, salvo se, antes do término do prazo, seu presidente requerer a prorrogação por menor ou igual prazo e o requerimento for aprovado pelo Plenário, em Sessão Ordinária ou Extraordinária.

Parágrafo único – Esse requerimento considerar-se-á aprovado se obtiver o voto favorável de um terço dos membros da Câmara.

Artigo 81 – a Comissão concluirá seus trabalhos por relatório final, que deverá conter:

I – a exposição dos fatos submetidos à apuração;

II – a exposição e análise das provas colhidas;

III – a conclusão sobre a comprovação ou não da existência dos fatos;

IV – a conclusão sobre a autoria dos fatos apurados como existentes;

V – a sugestão das medidas a serem tomadas, com sua fundamentação legal, e a indicação das autoridades ou pessoas que tiverem competência para a adoção das providências reclamadas.

Artigo 82 – Considera-se relatório final o elaborado pelo relator eleito, desde que aprovado pela maioria dos membros da Comissão.

Artigo 83 – Rejeitado o relatório a que se refere o artigo anterior, considera-se relatório final o elaborado por um dos membros com voto vencedor, designado pelo presidente da Comissão.

Artigo 84 – O relatório será assinado primeiramente por quem o redigiu e, em seguida, pelos demais membros da Comissão.

Parágrafo único – Poderá o membro da Comissão exarar voto em separado, nos termos regimentais.

Artigo 85 – Elaborado e assinado o relatório final, será protocolado na Secretaria da Câmara, para ser lido em Plenário, na fase do expediente da primeira Sessão Ordinária subsequente.

Artigo 86 – A Secretaria da Câmara deverá fornecer cópia do relatório final da Comissão Especial de Inquérito ao vereador que a solicitar, independentemente de requerimento.

Artigo 87 – O relatório final independerá de apreciação do Plenário, devendo o presidente da Câmara dar-lhe encaminhamento de acordo com as recomendações nele propostas.

Seção XII - Do Suplente

Artigo 88 – O suplente de vereador da Câmara Municipal sucederá o titular no caso de vaga e o substituirá nos casos de impedimento.

Artigo 89 – O suplente de vereador, quando no exercício do mandato tem os mesmos direitos, prerrogativas, deveres e impedimentos do titular e como tal deve ser considerado.

Seção XIII - Do Processo Legislativo

Subseção I - Disposições Gerais

Artigo 90 – O Processo Legislativo municipal, sucessão ordenada de atos necessários à formação de proposições com força de lei, compreende a elaboração de:

- I – Emendas à Lei Orgânica Municipal;
- II – Leis Complementares;
- III – Leis Ordinárias;
- IV – Resoluções;
- V – Decretos Legislativos.

Parágrafo único – O Município poderá dispor, através de lei complementar, sobre a elaboração dos atos normativos, previstos nos incisos I a V deste artigo.

Subseção II - Da Emenda à Lei Orgânica

Artigo 91 – A Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta:

- I – da maioria absoluta, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;
- II – de 5% dos eleitores do Município;
- III – do prefeito municipal.

§ 1º – A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio ou de intervenção no Município.

§ 2º – A proposta será discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de 10 (dez) dias, considerando-se aprovada a que obtiver, nos dois turnos de votação, voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º – A Emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem.

Artigo 92 – Não será objeto de deliberação a proposta de Emenda à Lei Orgânica tendente a ofender ou abolir:

- I – a forma federativa de Estado;
- II – o voto direto, universal e periódico;
- III – a separação dos Poderes;
- IV – os direitos e garantias individuais.

Artigo 93 – A matéria constante de proposta de Emenda rejeitada ou havida por prejudicada, só poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa se subscrita por dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Subseção III - Das Leis Complementares

Artigo 94 – Observado o Processo Legislativo das leis ordinárias, a aprovação de lei complementar exige o quórum da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Parágrafo único – São leis complementares, além de outras indicadas nesta Lei, as que disponham sobre:

- I – Código Tributário do Município;
- II – Código de Obras;
- III – Plano Diretor;
- IV – Código de Posturas;
- V – Estatuto dos Servidores Municipais;
- VI – Lei Orgânica da Guarda Municipal;
- VII – criação de cargos, funções ou empregos públicos e aumento de sua remuneração;
- VIII – zoneamento urbano, uso e ocupação do solo;
- IX - Código sanitário;
- X - Concessão de serviços públicos;
- XI - Concessão de direito real de uso;
- XII - Alienação de bens imóveis;
- XIII - Aquisição de bens imóveis por doação com encargos;
- XIV - Autorização para obtenção de empréstimos de instituição particular.

Subseção IV - Das Leis Ordinárias

Artigo 95 - As leis ordinárias exigem para sua aprovação o voto favorável da maioria simples dos vereadores, estando presente a maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Subseção V – Dos Projetos de Lei

Artigo 96 – A iniciativa das leis cabe a qualquer vereador, à Mesa Diretora, a qualquer Comissão Permanente da Câmara Municipal, ao prefeito e aos eleitores do Município.

Parágrafo único – São de iniciativa privativa do prefeito municipal, as leis que disponham sobre:

- I – criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos da Administração direta, indireta e fundacional;
- II – servidores públicos, seu regime jurídico e provimento de cargos;
- III – criação, estruturação e atribuições das Secretarias ou Departamentos equivalentes e órgãos da Administração Pública direta, indireta, autárquica e fundacional;
- IV – matéria orçamentária e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios, prêmios e subvenções;
- V - o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Anuais, créditos suplementares e especiais.

Artigo 97 – O prefeito municipal poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de lei de sua iniciativa.

Parágrafo único – Se no caso do *caput*, a Câmara Municipal não se manifestar sobre o projeto de lei em até 45 (quarenta e cinco) dias, a proposição será incluída na Ordem do Dia, sobrestando-se a votação *in fine* quanto aos demais assuntos, para que se ultime a sua deliberação.

Artigo 98 – Não será admitido aumento da despesa prevista:

- I – nos projetos de iniciativa privativa do prefeito municipal, ressalvado o disposto no artigo 96, inciso V e 169 desta Lei Orgânica;
- II – nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

Artigo 99 – Aprovado o projeto de lei, o presidente da Câmara Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, enviará o autógrafo ao prefeito municipal, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º – Se o prefeito considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará dentro de 48 (quarenta e oito) horas ao presidente da Câmara Municipal.

§ 2º – O veto parcial abrangerá o texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 3º – Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias, o silêncio do prefeito municipal importará sanção.

§ 4º – O veto será apreciado pela Câmara Municipal em Sessão Plenária, dentro de 30 dias a contar de seu recebimento, e só será rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

§ 5º – Se o veto for rejeitado, o projeto de lei retornará ao prefeito municipal, que terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para o promulgar.

§ 6º – Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no parágrafo 4º, o veto será colocado na Ordem do Dia das sessões subseqüentes, sobrestadas as demais proposições até sua votação final.

§ 7º – Nos casos dos parágrafos 3º e 5º, se a lei não for promulgada, o presidente da Câmara Municipal a promulgará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas e, não o fazendo, caberá ao vice-presidente fazê-lo.

§ 8º - Promulgado o Projeto de Lei, o Prefeito Municipal, sob pena de responsabilidade, informará oficialmente a Câmara Municipal, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, encaminhando cópia da lei. [\(Incluído pela Emenda 05/2007\)](#)

Artigo 100 – O projeto de lei que receber parecer contrário, quanto ao mérito, em todas as Comissões Permanentes, será considerado prejudicado, implicando o seu arquivamento.

Artigo 101 – A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto de lei, na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Subseção VI - Dos Decretos Legislativos e das Resoluções

Artigo 102 – As proposições destinadas a regular matéria político-administrativa de iniciativa e competência exclusiva da Câmara são:

I – Decreto Legislativo, de efeitos externos;

II – Resolução, de efeitos internos.

Parágrafo único – Os projetos de Decreto Legislativo e de Resolução, aprovados pelo Plenário em um só turno de votação, não dependem de sanção do prefeito municipal, sendo promulgados pelo presidente da Câmara.

Artigo 103 – O Regimento Interno da Câmara disporá sobre as matérias objeto de Decreto Legislativo e de Resolução, cuja elaboração, redação, alteração e consolidação serão feitas com observância da mesma técnica relativa às leis.

Seção XIV - Da Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária, Operacional e Patrimonial

Artigo 104 – A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da Administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas próprias ou repassadas será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo, conforme previsto em lei.

§ 1º – O controle externo será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

§ 2º – O parecer prévio anual, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, só será rejeitado pelo voto de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º – As contas do Município deverão ficar anualmente, durante 60 (sessenta) dias, à disposição de qualquer contribuinte, em local de fácil acesso, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade nos termos da lei.

§ 4º – Qualquer munícipe, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

§ 5º - As contas do Prefeito e da Câmara Municipal prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de sessenta dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação dentro desse prazo.

§ 6º - Somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer emitido pelo Tribunal de Contas de Estado ou órgão estadual incumbido dessa missão.

Artigo 105 – Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela devem dar ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária.

Artigo 106 – Prestará contas, conforme estabelecido pela legislação pertinente, toda pessoa física, entidade pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos do Município ou que por eles responda, ou que, em nome deste, assuma obrigação de natureza pecuniária.

Seção XV - Do Plebiscito e Do Referendo

Artigo 107 – Mediante proposta fundamentada da maioria dos membros da Câmara Municipal ou de 5% (cinco por cento) dos eleitores inscritos no Município e aprovação do Plenário por dois terços de votos favoráveis, será submetida a plebiscito ou referendo questão de relevante interesse do Município ou do Distrito.

§ 1º – Aprovada a proposta, caberá ao Legislativo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a convocação do plebiscito ou referendo a ser realizado pela Justiça Eleitoral, conforme dispõe a legislação federal.

§ 2º – Só poderá ser realizado um plebiscito ou referendo em cada Sessão Legislativa.

§ 3º – A proposta que já tenha sido objeto de plebiscito ou referendo somente poderá ser apresentada depois de cinco anos de carência.

Artigo 108 – Convocado o plebiscito ou referendo, o projeto legislativo ou medida administrativa não efetivada, cujas matérias constituam objeto de consulta popular, terá sustada sua tramitação, até que o resultado das urnas seja proclamado.

Artigo 109 – O plebiscito ou referendo, convocado nos termos desta Lei, será considerado aprovado ou rejeitado, por maioria simples, de acordo com o resultado homologado pelo Tribunal Regional Eleitoral.

CAPÍTULO II - DO PODER EXECUTIVO

Seção I - Do Prefeito

Artigo 110 – O Poder Executivo do Município é exercido pelo prefeito municipal, auxiliado pelos secretários municipais ou equivalentes.

Subseção I - Da Posse e do Exercício

Artigo 111 – O prefeito tomará posse na sessão solene de instalação da legislatura, logo após a dos vereadores, prestando, a seguir, o compromisso de “manter e cumprir a Constituição, observar as leis e administrar o Município, visando ao bem geral de sua população”.

§ 1º – Para a posse, o prefeito se desincompatibilizará de qualquer atividade que, de fato ou de direito, seja inconciliável com o exercício do mandato.

§ 2º – Se o prefeito não tomar posse nos 10 (dez) dias subsequentes fixados para tal, salvo motivo relevante aceito pela Câmara Municipal, seu cargo será declarado vago, por ato do presidente da Câmara Municipal.

§ 3º – No ato de posse e ao deixar o cargo o prefeito apresentará declaração de bens à Câmara Municipal.

Artigo 112 – O exercício do mandato dar-se-á, automaticamente, com a posse, assumindo o prefeito todos os direitos e obrigações inerentes ao cargo.

Seção II - Das Atribuições

Artigo 113 – Ao prefeito compete:

- I – representar o Município em juízo ou fora dele;
- II – iniciar o Processo Legislativo na forma e nos casos previstos na Constituição Federal e nesta Lei;
- III – vetar, no todo ou em parte, os projetos de lei aprovados pela Câmara Municipal;
- IV – sancionar e promulgar leis, determinando a sua publicação no prazo de 15 (quinze) dias;
- V – expedir decretos e regulamentos para fiel execução da legislação municipal;
- VI – prestar à Câmara Municipal, dentro de 15 dias úteis, após protocolado o pedido, as informações solicitadas;
- VII – convocar extraordinariamente a Câmara Municipal para deliberar sobre matéria de interesse público relevante e urgente;
- VIII – dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, na forma da lei;
- IX – expedir os atos próprios da atividade administrativa;
- X – declarar estado de calamidade pública;
- XI – desapropriar bens;
- XII – instituir servidões administrativas;
- XIII – alienar bens imóveis, mediante prévia e expressa autorização da Câmara Municipal;
- XIV – permitir ou autorizar o uso de bens municipais por terceiros, na forma da lei;

- XV – contratar terceiros para a execução de serviços públicos, na forma da lei;
- XVI – dispor sobre a execução orçamentária;
- XVII – superintender a arrecadação de tributos e de preços dos serviços públicos;
- XVIII – aplicar as multas previstas em leis e contratos;
- XIX – fixar os preços dos serviços públicos;
- XX – contrair empréstimos e realizar operações de crédito, mediante autorização da Câmara Municipal;
- XXI – remeter à Câmara Municipal os recursos orçamentários que devam ser despendidos de uma só vez, no prazo de 15 (quinze) dias a partir da data da solicitação;
- XXII – remeter à Câmara Municipal, até o dia 20 (vinte) de cada mês, as parcelas da dotação orçamentária que devem ser despendidas por duodécimos;
- XXIII – **Declarado Inconstitucional pela ASIN nº 137.462.0**
- XXIV – abrir crédito extraordinário nos casos de calamidade pública, em caráter excepcional, comunicando imediatamente o fato à Câmara Municipal;
- XXV – prover os cargos públicos;
- XXVI – expedir os atos referentes à situação funcional dos servidores;
- XXVII – determinar a abertura de sindicância e a instauração de inquérito administrativo;
- XXVIII – aprovar, após o parecer do órgão competente, projetos de edificação, loteamento, arruamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos;
- XXIX – resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem dirigidas sobre matéria de competência do Executivo Municipal;
- XXX – oficializar, obedecidas as normas urbanísticas, os logradouros públicos;
- XXXI – encaminhar ao Tribunal de Contas e à Câmara Municipal, até 31 de março de cada ano, a prestação de contas do Município, relativa ao exercício anterior;
- XXXII – remeter à Câmara Municipal, até 15 de abril de cada ano, o relatório sobre a situação geral da Administração Municipal;
- XXXIII – solicitar o auxílio dos órgãos de segurança, quando necessário, para o cumprimento de seus atos;
- XXXIV – transferir, temporária ou definitivamente, a sede da Prefeitura;
- XXXV – exercer, com o apoio dos auxiliares diretos, a direção superior da Administração Municipal, bem como outras atribuições previstas nesta Lei;
- XXXVI – encaminhar a Câmara Municipal até o dia 20 de cada mês, o balancete da receita e despesa do mês anterior;
- XXXVII – encaminhar a Câmara Municipal o Projeto de Lei do Plano Plurianual para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato do Prefeito subsequente até o dia 30 de Julho e devolvido para sanção até 31 de Agosto; [\(Alterado pela Emenda nº 08/2013\)](#)
- XXXVIII – encaminhar a Câmara Municipal o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, até o dia 30 de julho de cada exercício e devolvido para sanção até 31 de Agosto; [\(Alterado pela Emenda nº 08/2013\)](#)
- XXXIX – encaminhar a Câmara Municipal até 30 de setembro de cada exercício e devolvido para sanção até 31 de dezembro o Projeto do Orçamento Anual;

Parágrafo único – O prefeito poderá delegar por decreto, as atribuições mencionadas nos incisos IX, XV, XVIII, XIX, XXVIII e XXIX, aos auxiliares diretos que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

Seção III - Dos Direitos E Deveres

Artigo 114 – São, entre outros, direitos do prefeito:

- I – julgamento pelo Tribunal de Justiça, nas contravenções e nos crimes comuns e de responsabilidade;
- II – inviolabilidade por opiniões e conceitos emitidos no exercício do cargo;
- III – prisão especial;
- IV – remuneração mensal condigna;
- V – licença, nos termos desta Lei.

Artigo 115 – São, entre outros, deveres do prefeito:

- I – respeitar, defender e cumprir as Constituições Federal e Estadual, a Lei Orgânica do Município e as leis do País e tratar com respeito e dignidade os Poderes constituídos e seus representantes;
- II – planejar as ações administrativas, visando a sua transparência, eficiência, economia e à participação comunitária;
- III – tratar com dignidade o Legislativo Municipal, colaborando para o seu bom funcionamento e respeitando seus membros;
- IV – atender às convocações, prestar esclarecimentos e informações, no tempo e forma regulares, solicitados pela Câmara Municipal;
- V – colocar à disposição da Câmara, no prazo estipulado, as dotações orçamentárias que lhe forem destinadas;
- VI – encaminhar ao Tribunal de Contas, no prazo estabelecido, as contas municipais do exercício anterior;
- VII – deixar, conforme regulado nos parágrafos 3º e 4º, do artigo 104, desta Lei, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, durante 60 dias, as contas municipais, de forma a garantir-lhes a compreensão, o exame e a apreciação.

Artigo 116 – Os direitos e deveres previstos nos artigos anteriores são extensivos, no que couber, ao substituto ou sucessor do prefeito.

Subseção I - Da Licença

Artigo 117 – O prefeito não poderá ausentar-se do Município ou afastar-se do cargo, por mais de 15 dias consecutivos, sob pena de cassação do mandato.

Artigo 118 – O prefeito somente poderá licenciar-se:

- I – por motivo de doença, devidamente comprovada;

II – por motivo de licença gestante;

III – em razão de serviço ou missão de representação do Município.

§ 1º – O Regimento Interno da Câmara Municipal disciplinará o pedido e a aprovação, pelo Plenário, das licenças previstas neste artigo.

§ 2º – O prefeito regularmente licenciado, nos termos dos incisos I, II e III deste artigo, terá direito a perceber seu subsídio integralmente.

Artigo 119 – Considerar-se-á automaticamente licenciado o prefeito afastado pela Câmara Municipal nos termos do artigo 130.

Subseção II - Do Subsídio

Artigo 120 – O subsídio do prefeito e do vice-prefeito será fixado pela Câmara Municipal, no último ano da legislatura até 30 (trinta) dias antes das eleições, vigorando para a legislatura subsequente, por lei de iniciativa do Poder Legislativo, assegurada a revisão anual, sempre na mesma data, e sem distinção de índices dos que forem concedidos para os servidores locais.

Artigo 121 – O subsídio do prefeito e do vice-prefeito será fixado, determinando-se o valor em moeda corrente no País, vedada qualquer vinculação, estabelecido em parcela única e atendido o limite constitucional.

Parágrafo único – Não fará jus ao subsídio o prefeito que, até 90 (noventa) dias antes do término do mandato, não apresentar ao presidente da Câmara a competente declaração de bens atualizada.

Artigo 122 – Não fará jus ao subsídio, o prefeito afastado nos termos do artigo 130.

Subseção III - Da Responsabilidade

Artigo 123 – O prefeito, observado o que estabelece o artigo 29, inciso X, da Constituição Federal, em razão de seus atos, contravenções penais, crimes comuns e de responsabilidade e infrações político-administrativas, será processado, julgado e apenado em processos independentes.

Seção IV - Das Incompatibilidades

Artigo 124 – O prefeito não poderá:

I – desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista ou empresas concessionárias de serviço ou obras públicas, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) patrocinar causas de qualquer natureza contra o Município ou suas entidades descentralizadas;

c) ser diretor, proprietário ou sócio de empresa contratada pelo Município ou que dele receba privilégios ou favores.

II – desde a posse:

a) exercer cargo, função ou emprego público em qualquer uma das entidades da Administração direta e indireta da União, do Estado, do Distrito Federal e do Município, ou em empresas concessionárias e permissionárias de serviços e obras públicas;

b) participar de qualquer espécie de conselho das entidades mencionadas no inciso anterior;

c) exercer outro mandato público eletivo.

Parágrafo único - Não se considera contrato de cláusulas uniformes aquele decorrente de procedimento licitatório.

Seção V - Da Perda Do Mandato

Artigo 125 – Ocorre a perda do mandato de prefeito por extinção ou por cassação.

Subseção I - Da Extinção do Mandato

Artigo 126 – Extingue-se o mandato do prefeito e assim será declarado pelo presidente da Câmara Municipal quando:

I – ocorrer o falecimento;

II – ocorrer a renúncia expressa ao mandato;

III – ocorrer condenação criminal transitada em julgado;

IV – incidir nas incompatibilidades para o exercício do mandato e não se desincompatibilizar até a posse e, nos casos supervenientes, no prazo de 15 dias, contados do recebimento de notificação para isso, promovida pelo presidente da Câmara Municipal, garantido o contraditório e a ampla defesa;

V – deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara Municipal, na data prevista.

§ 1º – Considera-se formalizada a renúncia e, por conseguinte, como tendo produzido todos os seus efeitos para os fins deste artigo, quando protocolada nos serviços administrativos da Câmara Municipal.

§ 2º – Ocorrido e comprovado o ato ou o fato extintivo, o presidente da Câmara Municipal, na primeira reunião, o comunicará ao Plenário e fará constar da Ata a declaração da extinção do mandato, garantido o direito à ampla defesa, e convocará o substituto legal para a posse.

§ 3º – Se a Câmara Municipal estiver em recesso, será imediatamente convocada pelo seu presidente para os fins do parágrafo anterior.

Subseção II - Da Cassação do Mandato

Artigo 127 – A Câmara Municipal poderá cassar o mandato do prefeito quando, em processo regular em que lhe é dado amplo direito de defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, concluir-se pela prática de infração político-administrativa.

Artigo 128 – São infrações político-administrativas:

I – deixar de apresentar a declaração de bens, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 108, desta Lei Orgânica;

II – impedir o livre e regular funcionamento da Câmara Municipal;

III – impedir o exame de livros e outros documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura Municipal, bem como a verificação de obras e serviços por comissões de investigação da Câmara Municipal ou auditoria regularmente constituída;

IV – desatender, sem motivo justo e no prazo legal, os pedidos de informações da Câmara Municipal, quando formulados de modo regular;

V – ausentar-se do Município, por tempo superior ao permitido nesta Lei, salvo licença da Câmara Municipal;

VI – proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo, aplicável, no que couber, o disposto no inciso III do artigo 61 desta Lei.

Parágrafo único – Sobre o substituto do prefeito incidem as infrações político-administrativas de que trata este artigo, sendo-lhe aplicável o processo pertinente, ainda que cessada a substituição.

VII - retardar a regulamentação e a publicação ou deixar de publicar Leis e Atos sujeitos a essas formalidades; [\(Incluído pela Emenda nº 04/2005\)](#)

VIII - deixar de enviar à Câmara Municipal, no tempo devido, os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias e aos Orçamentos Anuais e outros cujos prazos estejam fixados em lei; [\(Incluído pela Emenda nº 04/2005\)](#)

IX - descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro; [\(Incluído pela Emenda nº 04/2005\)](#)

X - praticar atos contra expressa disposição de lei ou omitir-se na prática daqueles de sua competência; [\(Incluído pela Emenda nº 04/2005\)](#)

XI - omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município, sujeitos à administração da Prefeitura. [\(Incluído pela Emenda nº 04/2005\)](#)

XII - Deixar de comunicar a Câmara Municipal a promulgação de lei. [\(Incluído pela Emenda nº 05/2007\)](#)

Artigo 129 – Aplica-se ao processo de cassação do mandato do prefeito o disposto nos artigos 64 e 66 desta Lei.

Artigo 130 – A Câmara Municipal poderá afastar o prefeito:

I – quando a denúncia por infração político-administrativa for recebida por dois terços de seus membros;

II – quando a denúncia pela prática de crime comum, de responsabilidade ou ato de improbidade administrativa for recebida pelo Poder Judiciário, perdurando o afastamento até o final do julgamento.

Seção VI - Do Vice-Prefeito

Artigo 131 – O vice-prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo prefeito, auxiliará a este, sempre que por ele for convocado para missões especiais.

Artigo 132 – Observar-se-á, no que couber, quanto ao vice-prefeito, relativamente à posse, ao exercício, aos direitos e deveres, às incompatibilidades e impedimentos, à declaração de bens e às licenças, o que esta Lei estabelece para o prefeito e o que lhe for especificamente determinado.

Parágrafo único – Será extinto, e assim declarado pelo presidente da Câmara Municipal, o mandato do vice-prefeito que se recusar a substituir ou a suceder o prefeito nos casos de impedimento ou vacância.

Artigo 133 – Cabe ao vice-prefeito:

I – substituir o prefeito nos casos de licença e suceder-lhe nos de vaga, observado o disposto nesta Lei;

I – auxiliar na direção da Administração Pública Municipal, conforme lhe for determinado pelo prefeito ou estabelecido em lei.

§ 1º – Por nomeação do prefeito, o vice-prefeito poderá ocupar cargo de provimento em comissão na Administração direta ou cargo, emprego ou função na Administração descentralizada.

§ 2º – Na hipótese do parágrafo anterior, o vice-prefeito deverá optar pela remuneração.

Seção VII - Da Substituição e Da Sucessão

Artigo 134 – O vice-prefeito substitui o prefeito nos casos de licença e sucede-lhe nos de vaga.

Parágrafo único – Considera-se vago o cargo de prefeito, e assim será declarado pelo presidente da Câmara, quando ocorrer morte, renúncia ou perda do mandato.

Artigo 135 – Nos casos de licença do prefeito e do vice-prefeito ou de vacância dos respectivos cargos, assumirá o presidente da Câmara, que completará o período se as vagas tiverem ocorrido na segunda metade do mandato.

Parágrafo único – Se as vagas tiverem ocorrido na primeira metade do mandato, far-se-á eleição direta, na forma da legislação eleitoral e no prazo máximo de 90 dias, cabendo aos eleitos completar o período.

Artigo 136 – Os substitutos legais do prefeito não poderão recusar a substituição ou a sucessão, sob pena de extinção dos respectivos mandatos.

Parágrafo único – Enquanto o substituto legal não assumir, responderá pelo expediente da Prefeitura o servidor responsável pelos negócios jurídicos do Município.

Seção VIII - Dos Auxiliares Diretos Do Prefeito

Artigo 137 – São auxiliares diretos do prefeito os ocupantes de cargo, emprego ou função, de livre nomeação e exoneração, pertencentes ao primeiro escalão da Administração Municipal.

Parágrafo Único - Lei Municipal estabelecerá as atribuições dos auxiliares diretos do Prefeito, definindo-lhes a competência, deveres e responsabilidades.

Artigo 138 - São condições essenciais para a investidura no cargo de auxiliar direto do Prefeito:

I - ser brasileiro;

II - estar no exercício dos direitos políticos;

III - ser maior de vinte e um anos.

Artigo 139 - Além das atribuições fixadas em lei, compete aos Secretários:

I - apresentar anualmente ao Prefeito, à Câmara municipal, às entidades representativas da população e aos Conselhos Municipais, relatório dos serviços realizados por sua repartição;

II - comparecer à Câmara Municipal ou qualquer de suas Comissões, para prestar esclarecimentos, espontaneamente ou quando regularmente convocados.

Parágrafo Único - A infringência ao inciso II deste artigo, sem justificação, importa em crime de responsabilidade.

Artigo 140 - Os Secretários, Coordenadores ou Diretores equivalentes são solidariamente responsáveis com o Prefeito pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.

Artigo 141 – O secretário municipal, ou equivalente, a seu pedido, poderá comparecer perante o Plenário ou qualquer Comissão da Câmara para expor assuntos e discutir projetos de lei ou qualquer outro ato normativo relacionado com as atribuições de sua competência.

Artigo 142 - A competência do Administrador Distrital limitar-se-á Distrito para o qual foi nomeado.

Parágrafo Único - Ao Administrador Distrital, como delegado do Executivo, compete:

I - cumprir e fazer cumprir, de acordo com as instruções, recebidas do Prefeito, as leis, resoluções, regulamentos e demais atos do Prefeito e da Câmara;

II - fiscalizar os serviços distritais;

III - indicar ao Prefeito as providências necessárias ao distrito;

IV - atender as reclamações das partes e encaminhá-las ao Prefeito, quando se tratar de matéria estranha as suas atribuições;

V - prestar contas mensalmente ou quando lhe forem solicitadas.

Artigo 143 – Os auxiliares diretos do prefeito farão declaração de bens, no ato da posse e no término do exercício do cargo, emprego ou função e terão as mesmas incompatibilidades e impedimentos dos vereadores, enquanto neles permanecerem.

TÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I - DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Seção I - Princípios Gerais

Artigo 144 – A Administração Pública direta e indireta do Município de Conchas obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade, motivação, interesse público e eficiência e demais preceitos previstos na Constituição Federal, inclusive no que respeita às obras, aos serviços, às compras e às alienações.

Parágrafo Único – É vedada a denominação de próprios municipais, vias e logradouros públicos com o nome de pessoas vivas.

Seção II - Dos Servidores Públicos Municipais

Artigo 145 – Lei municipal disporá sobre o regime jurídico dos servidores municipais, observado o disposto na Constituição Federal.

Artigo 146 – Lei municipal disporá, especialmente, sobre a criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, sua forma de provimento, plano de carreiras e sistema remuneratório, observado o disposto na Constituição Federal, especialmente nos preceitos previstos nos artigos 39, 40 e 41 e seus incisos e parágrafos.

§ 1º - Ao servidor público municipal é assegurado o recebimento do adicional por tempo de serviço, concedido no mínimo por quinquênio e vedada a sua limitação, bem como a sexta-parte dos vencimentos integrais, concedida aos vinte anos de efetivo exercício, que se incorporarão aos vencimentos para todos os efeitos legais.

§ 2º - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

§ 3º - É vedada a participação dos servidores públicos municipais no produto da arrecadação de tributos, multas, inclusive as de dívida ativa, a qualquer título.

Artigo 147 – O Conselho Municipal de Política de Administração e Remuneração de Pessoal, instituído por lei municipal e integrado por servidores dos Poderes locais, atenderá ao disposto na Constituição Federal.

Seção III - Da Guarda Municipal

Artigo 148 – Lei municipal, de iniciativa privativa do Executivo, poderá instituir guarda municipal destinada à proteção dos bens, aos serviços e às instalações do Município e de suas entidades da Administração indireta, autárquica e fundacional.

Parágrafo Único - A investidura nos cargos da guarda municipal far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

Seção IV – Das Obras e dos Serviços Públicos Municipais

Artigo 149 – Os serviços públicos constituem dever do Município.

§ 1º – Ao usuário dos serviços públicos fica garantida sua prestação compatível com a dignidade humana e com regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade de tarifas.

§ 2º – Serão considerados serviço público os serviços de utilidade pública assim instituídos por lei municipal que os regulamente.

Artigo 150 – Os serviços públicos municipais serão prestados pelo Poder Público, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, mediante processo licitatório, nos termos desta Lei e de lei específica de natureza nacional.

Art. 151 – Lei municipal disporá sobre:

I – o regime de concessões e permissões de serviços públicos, o caráter especial do respectivo contrato, prazo de duração, condições de caducidade, fiscalização e rescisão das outorgas;

II – o direito dos usuários;

III – política tarifária;

IV – a obrigação de manter serviço adequado.

§ 1º Os serviços permitidos ou concedidos estão sujeitos a regulamentação e permanente fiscalização por parte do Executivo e podem ser retomados quando não mais atendam aos seus fins ou às condições de contrato, sem encargos de indenização.

§ 2º - Os serviços permitidos ou concedidos, quando prestados por particulares, não serão subsidiados pelo Município.

§ 3º - As concorrências para a concessão de serviços públicos deverão ser precedidas de ampla publicidade em jornais locais, inclusive em órgãos da imprensa da Capital do Estado, mediante edital ou comunicado resumido.

§ 4º - A permissão de serviço público, estabelecida mediante decreto, será delegada:

a) através de licitação;

b) a título precário.

§ 5º - A concessão de serviço público, estabelecida mediante contrato, dependerá de:

a) autorização legislativa;

b) licitação.

Artigo 152 - As obras públicas poderão ser executadas pela Prefeitura, por suas autarquias e demais entidades da administração indireta e, por terceiros, mediante licitação.

§ 1º Nenhum empreendimento de obras e serviços do Município poderá ter início sem prévia elaboração do plano respectivo, no qual obrigatoriamente deverá constar:

I - a viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse comum;

II - os pormenores para sua execução;

III - os recursos para o atendimento das respectivas despesas;

IV - os prazos para o seu início e conclusão, acompanhados da respectiva justificação.

§ 2º - As licitações de obras e serviços públicos deverão ser precedidas da indicação do local onde serão executadas e do respectivo projeto técnico, que permita a definição precisa de seu objeto e previsão de recursos orçamentários, sob pena de invalidade da licitação.

§ 3º Nenhuma obra, serviço ou melhoramento, salvo casos de extrema urgência, será executada sem prévio orçamento de seu custo.

§ 4º - Na elaboração dos projetos de obras e serviços, deverão ser atendidas as exigências de proteção do patrimônio histórico-cultural e do meio ambiente.

Artigo 153 - O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum, mediante:

- a) convênio com o Estado, a União ou entidades particulares;
- b) consórcio com outros Municípios.

Artigo 154 – As obras e serviços públicos prestados indiretamente por terceiros e as concessões do Município dependerão de licitação prévia para a outorga, sendo de obrigatória observância os princípios gerais consignados em lei federal, que dispõe sobre normas gerais de licitação.

Seção V - Dos Bens Municipais – Aquisição, alienação e uso

Artigo 155 – Constituem bens municipais todas as coisas móveis, imóveis e semoventes, direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ou vierem a pertencer ao Município.

Artigo 156 – Compete ao prefeito à administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara Municipal quanto àqueles que estiverem sob sua administração.

Artigo 157 – A alienação dos bens municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, obedecerá à legislação federal pertinente.

Parágrafo único – A alienação de bens de uso comum do povo ou de uso especial será precedida de:

- I – interesse público devidamente justificado;
- II – autorização legislativa;
- III – avaliação;
- IV – desafetação.

Artigo 158 – O Município, preferencialmente à venda ou à doação de bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante autorização legislativa, respeitada a legislação federal pertinente.

§ 1º - A concorrência poderá ser dispensada, por lei, quando o uso se destinar a concessionária de serviço público, a entidades assistenciais, ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado.

§ 2º - A venda aos proprietários de imóveis lindeiros de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis para edificação, resultantes de obras públicas, dependerá apenas de prévia

avaliação e autorização legislativa, dispensada a licitação, sendo que, as áreas resultantes de modificação de alinhamento serão alienadas nas mesmas, quer sejam aproveitáveis ou não.

§ 3º - Se considera investidura, a alienação aos proprietários de imóveis lindeiros e o preço nunca poderá ser inferior ao da avaliação.

§ 4º - No arrematado das vendas referentes ao § 2º deste artigo, deverá estar clara e precisamente demonstrada que se trata de área remanescente de obra pública ou resultante de retificação de alinhamento de via pública e sua inproveitabilidade isoladamente.

Artigo 159 – A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

§ 1º - O projeto de autorização legislativa para a aquisição de bem imóvel deverá estar acompanhado de arrematado em que o interesse público resulte devidamente justificado e do laudo de avaliação quando a aquisição se fizer sem concorrência, sob pena de arquivamento.

§ 2º - A lei autorizadora para a aquisição de bem imóvel, será específica, com a descrição do bem e a indicação dos dados relativos ao título de propriedade.

Artigo 160 – O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o caso, e o interesse público, devidamente justificado, o exigir, garantindo-se em qualquer hipótese, a preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural.

§ 1º – A concessão administrativa dos bens públicos de uso dominial dependerá de autorização legislativa e licitação.

§ 2º – A concessão administrativa de bens de uso comum do povo e de uso especial somente poderá ser outorgada mediante autorização legislativa e licitação.

§ 3º – A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será outorgada por tempo determinado e a título precário, formalizada através de Decreto.

§ 4º – A autorização, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será outorgada para atividades específicas e transitórias, pelo prazo máximo de 60 dias, prorrogável por igual período, no máximo, uma vez.

Artigo 161 - No caso de alienação de ações, havendo interesse público manifesto, a negociação far-se-á por intermédio de corretor oficial da Bolsa de Valores.

Artigo 162 - Poderão ser concedidos a particulares, para serviços transitórios, máquinas e operadores da Prefeitura, desde que não haja prejuízos para os trabalhos do Município e o interessado recolha previamente a remuneração arbitrada e assine termo de responsabilidade pela conservação e devolução dos bens cedidos.

Parágrafo Único - A lei estabelecerá o prazo de concessão e a sua gratuidade ou remuneração, podendo dispensar a concorrência, no caso de destinatário certo, havendo interesse público manifesto.

Artigo 163 - Os bens municipais podem ser utilizados, tomadas as cautelas devidas, para publicidade particular, desde que remunerada e conforme estabelecido em lei.

Artigo 164 - É proibida a doação, venda ou concessão de uso de qualquer fração dos parques, praças, jardins ou largos públicos, salvo pequenos espaços destinados à venda de jornais e revistas.

CAPÍTULO II - DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Artigo 165 – O Município organizará sua administração e exercerá suas atividades com base num processo de planejamento de caráter permanente, com a cooperação das associações representativas da população.

Parágrafo único – Considera-se processo de planejamento, cumulativamente:

- I – a elaboração dos planos gerais e específicos, voltados ao desenvolvimento do Município e ao ordenamento de suas funções públicas;
- II – a implantação, o acompanhamento, a avaliação e a reelaboração sistemática das diretrizes e proposições em geral constantes dos planos;
- III – a manutenção e funcionamento do sistema de planejamento, que articula a participação da Administração e da população do Município;
- IV – a manutenção e atualização constante do Sistema Municipal de Informações, que fornece as bases técnicas para a elaboração dos planos e suas revisões e atualizações;
- V – a ação planejada do Município junto aos órgãos, entidades e sistemas regionais dos quais participa.

Artigo 166 – Os planos integrantes do processo de planejamento fornecerão as orientações e diretrizes a serem obedecidas normativamente pelos diversos setores do Poder Público atuantes no Município e as indicações para as ações do setor privado no sentido do seu desenvolvimento.

§ 1º - Integram o processo de planejamento os seguintes planos:

I – planos gerais, assim entendidos aqueles que abordam a realidade do Município em seu conjunto, dispendo sobre todas as esferas e campos de atuação do Poder Público e da comunidade, compreendendo:

- a) Plano Diretor;
- b) Plano Plurianual.

II – planos específicos, assim entendidos aqueles que abordam ou dispõem sobre campos ou temas precípuos da realidade do Município e que se classificam nas categorias:

- a) planos setoriais, referidos aos setores técnicos segundo os quais se organiza a ação do Poder Público;
- b) planos temáticos, referidos a campos ou temas singularizados que não se conotem como setores de atuação técnica do Poder Público;
- c) planos urbanísticos, referidos a subunidades espaciais especialmente designadas no Plano Diretor para essa finalidade.

§ 2º – Os planos vinculam os atos dos órgãos e entidades da Administração direta e indireta.

§ 3º – O Plano Plurianual e os planos específicos seguirão as orientações e diretrizes contidas no Plano Diretor, não podendo contrariá-las ou desviá-las.

Artigo 167 – O Sistema Municipal de Informações manterá, permanentemente atualizados, os dados, indicadores, informações qualitativas e gerenciais adequados à sustentação do processo de planejamento, à tributação, ao suporte à tomada de decisões da alta autoridade municipal, à organização das ações setoriais, à comunicação social do Poder Público e ao esclarecimento da população sobre a realidade local e a ação da Administração.

§ 1º – Os agentes públicos e privados ficam obrigados a fornecer ao Município, nos termos da lei, todos os dados necessários ao Sistema Municipal de Informações.

§ 2º – É franqueada a consulta, por parte da população, ao Sistema Municipal de Informações, admitida a cobrança aos interessados dos custos de verificação e fornecimento da informação solicitada.

Artigo 168 – São instrumentos de implantação dos planos integrantes do processo de planejamento permanente do Município, devendo, obrigatoriamente, com estes guardar compatibilidade:

I – a legislação do meio ambiente e o ordenamento do uso e ocupação do solo;

II – o Código de Obras;

III – o Código de Posturas Municipais;

IV – os programas de obras e prestação de serviços municipais, de infraestrutura e sociais;

V – as diretrizes e programações orçamentárias.

§ 1º – A legislação de meio ambiente e ordenamento do uso e ocupação do solo disporá sobre as intervenções em geral, os empreendimentos de parcelamento, infra-estrutura e edificação, a localização e o exercício de atividades, considerados, sempre, em relação ao sítio, aos ecossistemas e às estruturas de assentamento no território do Município.

§ 2º – O Código de Obras disporá sobre os aspectos de segurança, conforto e higiene das obras de infra-estrutura, edificações e instalações, singularmente consideradas.

§ 3º – O Código de Posturas Municipais disporá sobre implementos visuais, o mobiliário urbano, a manutenção e uso dos logradouros e bens de uso comum do povo e dos próprios municipais, bem como sobre os procedimentos a serem observados, pela Administração, na manutenção, e no uso, por parte da população, dos serviços públicos locais.

§ 4º – Lei complementar ordenará e disciplinará o processo de planejamento permanente do Município e a participação da população neste processo, devendo dispor, sem prejuízo de outros eventualmente pertinentes, sobre os seguintes assuntos:

I – competência, organização, integração e participação da Administração e da população no sistema de planejamento;

II – funções e conteúdos mínimos ou típicos dos planos das diferentes categorias que integram o processo de planejamento;

III – regime de planejamento, abrangendo a vigência dos planos e a sistemática de sua elaboração, discussão e encaminhamento à aprovação, assegurada nesta sistemática a participação direta da população.

CAPÍTULO III - DAS CONTAS E DOS ATOS MUNICIPAIS

Seção I - Do Exame Público Das Contas Municipais

Artigo 169 – As contas do Município ficarão, durante 60 (sessenta) dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos dispostos em lei municipal.

Seção II - Da Publicidade Dos Atos Municipais

Artigo 170 – A publicação das leis e atos municipais será feita pelo Diário Oficial do Município.

§ 1º – Inexistindo o Diário Oficial do Município, as publicações de que trata este artigo serão feitas em jornal local e, na sua inexistência, em jornal regional editado no Município mais próximo, com circulação local.

§ 2º – A publicação dos atos não normativos, pela imprensa, poderá ser resumida.

§ 3º – Os atos de efeitos externos só produzirão resultados após a sua publicação.

§ 4º – A escolha do órgão de imprensa para divulgação das leis e atos municipais, deverá ser feita por licitação, em que se levarão em conta não só as condições de preço, como as circunstâncias de frequência, horário, tiragem e distribuição.

§ 5º – O órgão de imprensa a que se refere o parágrafo anterior será considerado o veículo oficial de divulgação dos atos locais.

Seção III - Do Registro

Artigo 171 – O Município terá os livros necessários aos seus serviços e, obrigatoriamente, os de:

- I – termo de compromisso e posse;
- II – declaração de bens e renda;
- III – atas das Sessões da Câmara;
- IV – registro de Leis, Decretos, Resoluções, Regulamentos, Instruções e Portarias;
- V – cópia de correspondência oficial;
- VI – protocolo;
- VII – licitações e contratos para obras e serviços;
- VIII – contratos de servidores;
- IX – contratos em geral;
- X – contabilidade e finanças;
- XI – concessões e permissões de bens imóveis e de serviços;
- XII – tombamento de bens imóveis;
- XIII – registro de loteamentos aprovados.

§ 1º – Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo prefeito e pelo presidente da Câmara, conforme o caso, ou por funcionário designado para tal fim.

§ 2º – Os livros referidos neste artigo poderão ser substituídos por fichas ou outro sistema, convenientemente autenticados, podendo ser realizado por meio magnético.

Seção IV - Da Forma

Artigo 172 – Os atos administrativos de competência do prefeito devem ser expedidos com observância das seguintes normas:

I – decreto, numerado em ordem cronológica, nos seguintes casos:

- a) regulamentação de lei;
- b) instituição, modificação e extinção de atribuições não privativa de lei;
- c) abertura de créditos especiais e suplementares, até o limite autorizado por lei;
- d) declaração de utilidade ou necessidade pública ou de interesse social, para efeito de desapropriação ou de servidão administrativa;
- e) aprovação de regulamento ou regimento;
- f) medidas executórias do Plano Diretor do Município;
- g) criação, extinção, declaração ou modificação de direitos dos administrados, não privativos de lei;
- h) fixação e alteração de preços públicos.

II – Portaria, nos seguintes casos:

- a) provimento e vacância dos cargos públicos e demais atos de efeitos individuais;
- b) lotação e relotação nos quadros de pessoal;
- c) abertura de sindicância e processos administrativos, aplicação de penalidades e demais atos individuais de efeitos internos;
- d) outros casos determinados em lei ou decreto.

Parágrafo único – Os atos constantes do inciso II deste artigo, poderão ser delegados.

Seção V - Das Certidões

Artigo 173 – A Prefeitura e a Câmara são obrigadas a fornecer a qualquer interessado que preencha os requisitos do artigo 5o, XXXII e XXXIV da Constituição Federal, no prazo máximo de 15 dias, certidões de atos, contratos e decisões ou informações de interesse particular ou coletivo, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição.

Parágrafo único - No mesmo prazo deverão ser atendidas as requisições judiciais, se outro prazo não for fixado pelo juiz.

TÍTULO IV - DA TRIBUTAÇÃO, DAS FINANÇAS E DOS ORÇAMENTOS

CAPÍTULO I - DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

Seção I - Dos Tributos

Artigo 174 – Compete ao Município instituir os seguintes tributos:

I – os impostos previstos nesta Lei e outros que venham a ser de sua competência;

II – taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

III – contribuição de melhoria decorrente de obras públicas;

IV – contribuição, cobrada de seus servidores para custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social.

§ 1º – Os impostos, sempre que possível, terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à Administração Tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§ 2º – As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

Seção II - Dos Impostos Municipais

Artigo 175 – Compete ao Município instituir impostos sobre:

I – propriedade predial e territorial urbana;

II – transmissão *inter-vivos* a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição;

III – serviços de qualquer natureza não compreendidos na competência do Estado e definidos em lei complementar federal.

§ 1º – A lei municipal poderá estabelecer alíquotas progressivas do imposto previsto no inciso I, em razão do cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º – A propriedade urbana cumpre sua função social, para os efeitos do parágrafo anterior, quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor.

§ 3º – A progressividade referida no parágrafo 1º o será no tempo, mediante lei específica, para área incluída no Plano Diretor, e sua exigência subordinada à edição de lei federal.

§ 4º – A progressividade referida no parágrafo anterior será precedida de parcelamento ou edificação compulsórios.

§ 5º – Lei municipal estabelecerá critérios objetivos para a edição e atualização da Planta Genérica de Valores de imóveis, de dois em dois anos, tendo em vista a incidência do imposto previsto no inciso I.

§ 6º – O imposto previsto no inciso II:

a) não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados no patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locações de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

b) incide sobre bem situado no território municipal.

Seção III - Das Limitações Do Poder De Tributar

Artigo 176 – Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município:

I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III – cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

IV – estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributo, ressalvadas a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Município;

V – utilizar tributos com efeito de confisco;

VI – instituir impostos sobre:

a) o patrimônio, a renda ou os serviços da União, do Estado e de outros Municípios;

b) os templos de qualquer culto;

c) o patrimônio, a renda ou os serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d) os livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.

§ 1º – A proibição do inciso VI, alínea “a”, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas ou mantidas pelo Município, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados aos seus fins essenciais ou deles decorrentes.

§ 2º – As proibições do inciso VI, alínea “a” e do parágrafo anterior, não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 3º – As proibições expressas no inciso VI, alíneas “b” e “c”, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nele mencionadas.

§ 4º – Qualquer isenção, redução da base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão que envolva matéria tributária ou previdenciária, só poderá ser concedida mediante lei específica, que regule exclusivamente as matérias enumeradas no parágrafo 3º ou o correspondente tributo ou contribuição.

§ 5º – A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

Artigo 177 – É vedado ao Município estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

Artigo 178– É vedada a cobrança de taxas:

I – pelo exercício do direito de petição à Administração Pública em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

II – para a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal.

CAPÍTULO II - DOS ORÇAMENTOS

Artigo 179 – Leis de iniciativa do prefeito estabelecerão:

I – o Plano Plurianual;

II – as Diretrizes Orçamentárias;

III – os Orçamentos Anuais.

§ 1º – A lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá as diretrizes, objetivos e metas da Administração Municipal para as despesas de capital e outras dela decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º – A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelecerá metas e prioridades da Administração Municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

§ 3º – O Poder Executivo publicará, até o dia 20 de cada mês, o Balancete das Contas Municipais.

Artigo 180 – A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

I – o Orçamento Fiscal da Administração direta e indireta;

II – o Orçamento das autarquias e das fundações instituídas ou mantidas pelo Município;

III – o Orçamento de investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

§ 1º – O Projeto de Lei Orçamentária será acompanhado de demonstrativo do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 2º – Os Orçamentos compatibilizados com o Plano Diretor terão entre suas funções, a de reduzir desigualdades entre os Distritos do Município, segundo critério populacional.

§ 3º – A Lei Orçamentária não conterá dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para a abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, atendida a legislação pertinente.

Artigo 181 – Os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento Anual são de iniciativa exclusiva do prefeito e serão apreciados pela Câmara Municipal, com observância do artigo 2º do ADCT e dos parágrafos deste artigo.

§ 1º – Caberá à Comissão de Finanças e Orçamento:

I – encaminhar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo;

II – aos pareceres de que trata o inciso I deste parágrafo deverão ser emitidos no prazo de 15 dias, a contar do recebimento dos projetos pela respectiva Comissão.

§ 2º – As emendas serão apresentadas na Comissão de Finanças e Orçamento, que sobre elas emitirá parecer e apreciadas, na forma regimental, pelo Plenário da Câmara Municipal.

§ 3º – As emendas ao Projeto de Lei do Orçamento Anual ou aos projetos que o modifiquem, somente podem ser aprovadas caso:

I – sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidem sobre:

a) dotações de pessoal e encargos;

b) serviço da dívida municipal.

III – sejam relacionadas com:

a) a correção de erros ou omissões;

b) os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º – As emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o Plano Plurianual.

§ 5º – O prefeito poderá enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não concluído o parecer da Comissão referida no parágrafo 1º.

§ 6º – Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do Projeto de Lei Orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Artigo 182 – Aplicam-se ao Município as vedações expressas no artigo 167 da Constituição Federal.

TÍTULO V - DA ORDEM ECONÔMICA
CAPÍTULO I - DO DESENVOLVIMENTO URBANO
Seção I - Da Política Urbana

Artigo 183 – A política de desenvolvimento urbano executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei federal, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, mediante a implementação dos seguintes objetivos gerais:

I – ordenação da expansão urbana;

II – integração urbano-rural;

III – prevenção e correção das distorções do crescimento urbano;

IV – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente;

V – proteção, preservação e recuperação do patrimônio histórico, artístico, turístico, cultural e paisagístico;

VI – controle do uso do solo de modo a evitar:

a) o parcelamento do solo e a edificação vertical excessivos, com relação aos equipamentos urbanos e comunitários existentes;

b) a ociosidade, subutilização ou não utilização do solo urbano edificável;

c) usos incompatíveis ou inconvenientes.

§ 1º – A política de desenvolvimento urbano do Município será promovida pela adoção dos seguintes instrumentos:

I – Lei de Diretrizes Urbanísticas do Município;

II – elaboração e revisão de Plano Diretor;

III – leis e planos de controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

IV – Código de Obras e Edificações;

V – Código de Posturas Municipais.

Art. 184 – No estabelecimento de diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano, o Município assegurará:

I – a participação das respectivas entidades comunitárias no estudo, encaminhamento e solução dos problemas, planos, programas e projetos que lhes sejam concernentes;

II – a preservação, a proteção e a recuperação do meio ambiente urbano e do patrimônio histórico-cultural;

III – a criação de área de especial interesse urbanístico, ambiental, turístico, de convivência cultural e de utilização pública.

Artigo 185 – Para o Município, o princípio da função social da propriedade rural e urbana ou para fins urbanos, cujo objetivo é a realização do desenvolvimento econômico e da justiça social, tem por fim assegurar o uso produtivo para a sociedade, da propriedade imobiliária, seja ela pública ou privada e a não obtenção, pelos proprietários privados, de ganhos decorrentes do esforço de terceiros pertencentes à comunidade.

Artigo 186 – Lei Complementar disporá, no que couber, sobre o parcelamento do solo, conforme as diretrizes fixadas em lei federal.

Artigo 187 – O Executivo manterá, na forma da lei, um Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, assegurando a participação de membros da sociedade civil e representantes de entidades sociais, o qual terá como objetivo apresentar subsídios para o desenvolvimento econômico do Município.

Seção II - Do Plano Diretor

Artigo 188 – O Plano Diretor, que servirá como instrumento da política de desenvolvimento e de expansão urbana, será aprovado pela Câmara Municipal.

Artigo 189 – O Plano Diretor deve prever normas de desenvolvimento para todo o território municipal, podendo as disposições serem especiais para a zona rural que atenderá a objetivos diferentes daqueles previstos para a zona urbana.

§ 1º – O desenvolvimento municipal, tanto na zona urbana quanto na zona rural, deverá ser executado com atenção à preservação do meio ambiente natural e artificial.

Artigo 190 – O Plano Diretor deverá contemplar em seus dispositivos os direitos das pessoas portadoras de deficiência, especialmente quanto ao seu acesso a bens, inclusive os privados, e serviços públicos.

Artigo 191 – O Plano Diretor definirá para cada zona da cidade e para os bens imóveis nela situados, a função social dessas propriedades a fim de alcançar a melhoria da qualidade de vida da população.

§ 1º – Deverá o Plano Diretor prever outras leis de natureza urbanística que lhe serão complementares e definir os instrumentos urbanísticos que poderão ser utilizados para a implementação de medidas de urbanização para o atendimento de suas diretrizes.

§ 2º – O Plano Diretor deverá apresentar gráficos e mapas de localização das áreas urbanas e rurais onde poderá haver intervenção urbanística, designando seus objetivos fundamentais.

Artigo 192 – Na definição de requisitos especiais para parcelamento do solo urbano, o Plano Diretor definirá regras voltadas à manutenção do sistema viário oficial, de modo que a implantação de novos núcleos urbanos com a abertura de novas vias não interrompa o sistema viário já existente.

Seção III - Do Sistema Viário e do Transporte

Artigo 193 – Compete ao Município: organização e prestação de serviços públicos de transporte coletivo, podendo fazê-lo diretamente ou sob regime de concessão ou permissão.

Parágrafo único - O exercício dessa competência abrange:

I – organizar e gerir o tráfego local;

II – administrar terminais rodoviários e organizar e gerir o transporte coletivo de passageiros por ônibus;

III – planejar o sistema viário e localização dos pólos geradores de tráfego e transporte;

IV – fiscalizar o cumprimento de horário do transporte coletivo urbano e rural executado pelas empresas concessionárias ou permissionárias;

V – organizar e gerir os fundos referentes à venda de passes e de aquisição de vale-transporte;

VI – organizar e gerir os serviços de táxi e de lotação;

VII – definir e cobrar tarifa para embarque de passageiros através de decreto;

VIII – regulamentar e fiscalizar os serviços de transporte escolar, fretamento e transportes especiais de passageiros;

IX – implantar sinalização, obstáculos, parada de ônibus e áreas de estacionamento;

X – manter as vias públicas em perfeito estado de conservação e uso.

Artigo 194 – A lei disporá sobre a composição, a atribuição e o funcionamento do Conselho Municipal de Trânsito, atendida a legislação pertinente.

Artigo 195 – O Município poderá implantar vias expressas, marginais à rodovia e estradas vicinais, visando facilitar a instalação de novos distritos industriais.

TÍTULO VI - DA ORDEM SOCIAL
CAPÍTULO I - DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS
NATURAIS E DO SANEAMENTO
Seção I - Do Meio Ambiente

Artigo 196 – O Município promoverá os meios necessários para a satisfação do direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, nos termos da Constituição Federal.

Parágrafo único – As práticas educacionais, culturais, desportivas e recreativas municipais terão como um de seus aspectos fundamentais a preservação do meio ambiente e da qualidade de vida da população local.

Artigo 197 – O Município, com a colaboração da comunidade, tomará todas as providências necessárias para:

- I – proteger a fauna e a flora, assegurando a diversidade das espécies e dos ecossistemas, de modo a preservar, em seu território, o patrimônio genético;
- II – evitar, no seu território, a extinção das espécies;
- III – prevenir e controlar a poluição, a erosão e o assoreamento;
- IV – exigir estudo prévio de impacto ambiental, para a instalação de atividade potencialmente causadora de degradação ambiental, especialmente de pedreiras, dentro de núcleos urbanos;
- V – exigir a recomposição do ambiente degradado por condutas ou atividades ilícitas ou não, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;
- VI – definir sanções municipais aplicáveis nos casos de degradação do meio ambiente;
- VII – fiscalizar as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente, sujeitando os infratores a sanções administrativas, além de exigir a reparação dos danos causados;
- VIII – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

Artigo 198 – A política de desenvolvimento e de expansão urbana do Município deverá ser compatível com a proteção do meio ambiente, para preservá-lo de alterações que, direta ou indiretamente, sejam prejudiciais à saúde, à segurança e ao bem-estar da comunidade ou ocasionem danos ao ecossistema em geral.

Artigo 199 – O Poder Público instituirá Plano de Proteção ao Meio Ambiente, prescrevendo as medidas necessárias para assegurar o equilíbrio ecológico.

§ 1º – Inclui-se no Plano de Proteção ao Meio Ambiente a descrição detalhada das áreas de preservação ambiental no Município.

§ 2º – O Plano de Proteção ao Meio Ambiente mencionado no *caput* deste artigo será elaborado e supervisionado pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, cuja criação,

atribuições e composição serão definidas em lei, garantida a participação da comunidade, como órgão consultivo no planejamento da política ambiental do Município.

Artigo 200 – O Município poderá promover, através de incentivos fiscais a integração da iniciativa privada na defesa do meio ambiente.

Seção II - Dos Recursos Naturais

Artigo 201 – São áreas de proteção permanente do Poder Público:

I – as nascentes, os mananciais e as matas ciliares;

II – as áreas que abriguem exemplares raros da fauna e da flora, bem como aquelas que sirvam como local de pouso e reprodução de espécies migratórias;

III – as paisagens notáveis;

IV – as cavidades naturais subterrâneas.

Parágrafo único – As áreas declaradas de preservação ambiental serão consideradas espaços territoriais especialmente protegidos, não sendo nelas permitidas atividades que degradem o meio ambiente ou que, por qualquer forma, possam comprometer a integridade das condições ambientais que motivaram a declaração.

Artigo 202 – O Município protegerá e conservará as águas para prevenir seus efeitos adversos, instituindo as áreas de preservação das águas utilizáveis para abastecimento às populações e para implantação, conservação e recuperação de matas ciliares.

Artigo 203 – Aquele que explorar recursos naturais dentro dos limites do Município, fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

Artigo 204 – Caberá ao Município, no campo dos recursos hídricos, entre outras medidas:

I – instituir programas permanentes de racionalização do uso das águas destinadas ao abastecimento público e industrial e à irrigação, bem como de combate às inundações e à erosão urbana e rural e de conservação do solo e da água;

II – estabelecer medidas para proteção e conservação das águas superficiais e subterrâneas e para sua utilização racional, especialmente daquelas destinadas ao abastecimento público;

III – celebrar convênio com o Estado para a gestão das águas de interesse exclusivamente local;

IV – exigir, quando da aprovação dos loteamentos, a completa infraestrutura urbana, correta drenagem das águas pluviais, proteção do solo superficial e reserva de áreas destinadas ao escoamento de águas pluviais e à canalização de esgotos públicos, em especial nos fundos de vale.

Seção III - Do Saneamento

Artigo 205 – O Município estabelecerá a coleta diferenciada de resíduos industriais, hospitalares, de clínicas médicas, odontológicas, farmácias, laboratórios de patologia, núcleos de saúde e outros estabelecimentos que possam ser portadores de agentes patogênicos.

Parágrafo único – O tratamento dos resíduos mencionados neste artigo será feito através de aterro sanitário, de incineração ou de outros meios, podendo, para sua implantação, o Executivo recorrer à formação de consórcio, inclusive com outros Municípios.

Artigo 206 – O Município indicará a área fora do perímetro urbano, para depósito dos resíduos não elencados no artigo anterior.

Artigo 207 – O Município prestará orientação e assistência sanitária às localidades desprovidas de sistema público de saneamento básico e à população rural, incentivando e disciplinando a construção de poços e fossas tecnicamente apropriados e instituindo programas de saneamento.

Artigo 208 - Fica vedado o lançamento de efluentes e esgotos urbanos e industriais, sem o devido tratamento em qualquer corpo de água.

CAPÍTULO II - DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I - Da Saúde

Artigo 209 – A saúde é direito de todos e dever do Município.

Artigo 210 – O Município garantirá o direito à saúde mediante:

I – políticas que visem ao bem-estar físico, mental e social do indivíduo e da coletividade e à redução do risco de doenças e outros agravos;

II – acesso universal e igualitário às ações e ao serviço de saúde, em todos os níveis;

III – direito à obtenção de informações e esclarecimentos de interesse da saúde individual e coletiva, assim como das atividades desenvolvidas pelo sistema;

IV – atendimento integral do indivíduo, abrangendo a promoção, a preservação e a recuperação de sua saúde.

Artigo 211 – As ações e os serviços de saúde são de relevância pública, cabendo ao Município dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle.

§ 1º – As ações e os serviços de preservação da saúde abrangem o ambiente natural, os locais públicos e os de trabalho.

§ 2º – As ações e os serviços de saúde serão realizados, preferencialmente de forma direta, pelo Município ou através de terceiros e pela iniciativa privada ou mediante consórcio com outros Municípios.

Artigo 212 – Ao Município compete:

I – gerenciar e executar as políticas e os programas com impacto sobre a saúde individual e coletiva;

II – assegurar o funcionamento dos Conselhos Municipais de Saúde, que terão sua composição, organização e competência fixadas em lei, a fim de ser garantida a participação de representantes da comunidade, em especial dos trabalhadores, entidades e prestadores de serviços na área da saúde, em conjunto com o Município, no controle das políticas de saúde, bem como na fiscalização e no acompanhamento das ações de saúde, nos termos da legislação federal;

III – assegurar a universalização do atendimento com igual qualidade, com instalações e acesso a todos os níveis de serviços de saúde, à população urbana e rural;

IV – assegurar a gratuidade dos serviços de saúde prestados, vedada a cobrança de despesas, suplementação de quaisquer pagamentos e de taxas sob qualquer título.

Seção II - Da Assistência Social

Artigo 213 – A assistência social será prestada a quem dela necessitar e tem por objetivos:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II – o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV – a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência física e mental e a promoção de sua integração à vida comunitária.

Artigo 214 – A lei disporá sobre a composição, atribuições e funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social.

Artigo 215 – Para a implantação da política municipal de assistência social é facultado ao Município:

I – firmar convênio com entidade pública ou privada para prestação de serviços de assistência social à comunidade local;

II – celebrar consórcio com outros Municípios, visando ao desenvolvimento de serviços comuns de assistência social.

Artigo 216 - É vedada a distribuição de recursos públicos, na área de assistência social, diretamente ou por indicação e sugestão do órgão competente, por ocupantes de cargos eletivos. [\(Alterado pela Emenda 05/2007\)](#)

CAPÍTULO III - DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA

Seção I - Da Educação

Artigo 217 – A Educação, ministrada com base nos princípios estabelecidos no artigo 205 e seguintes da Constituição Federal e inspirada nos princípios de liberdade e solidariedade humana, tem por fim:

I – a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Município, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;

- II – o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais da pessoa humana;
- III – o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- IV – o desenvolvimento integral da personalidade humana e sua participação na obra do bem comum;
- V – o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos conhecimentos científicos e tecnológicos que lhes permitam vencer as dificuldades do meio, preservando-o;
- VI – a preservação, difusão e expansão do patrimônio cultural;
- VII – a condenação de qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe, raça ou sexo;
- VIII – o desenvolvimento da capacidade de elaboração e reflexão crítica da realidade.

Artigo 218 – O Município garantirá atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Artigo 219 – A lei regulará a composição, as atribuições e o funcionamento do Conselho Municipal de Educação.

Artigo 220 – O Município atuará prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 1º - O Município somente poderá atuar nos níveis mais elevados de ensino quando as prioridades estabelecidas neste artigo estiverem plena e satisfatoriamente asseguradas, do ponto de vista qualitativo e quantitativo.

§ 2º - O Município poderá instituir ajuda de custo para transporte de alunos universitários que trabalhem e residam em Conchas, cujo regulamento será disciplinado em lei.

Seção II - Da Cultura

Artigo 221 – O Município promoverá o desenvolvimento cultural da comunidade local, nos termos da Constituição Federal e com a participação da comunidade, especialmente mediante:

- I – oferecimento de estímulos concretos ao cultivo das ciências, artes e letras;
- II – a proteção dos locais e objetos de interesse histórico, cultural e paisagístico;
- III – incentivo à promoção e divulgação da história, dos valores humanos e das tradições locais;
- IV – criação e manutenção de núcleos culturais distritais e de espaços públicos devidamente equipados, para a formação e difusão das expressões artístico-culturais populares;
- V – criação e manutenção de bibliotecas públicas nos distritos e bairros da cidade, garantido o acesso aos seus acervos, bem como a museus, arquivos e congêneres;
- VI – celebração de convênios de intercâmbio e cooperação financeira com entidades públicas e privadas, para prestação de orientação e assistência à criação e manutenção de bibliotecas públicas na sede dos distritos e nos bairros;
- VII – promoção e valorização dos profissionais da cultura;
- VIII – incentivo as festas populares locais, folclóricas e religiosas;
- IX – apoio as atividades artística locais, festivais e feiras agropecuárias e artesanais.

Artigo 222 – A lei disporá sobre a composição, atribuições e funcionamento do Conselho Municipal de Cultura.

CAPÍTULO IV - DOS ESPORTES, DO LAZER E DO TURISMO

Artigo 223 – O Município apoiará e incrementará as práticas esportivas na comunidade, mediante estímulos especiais e auxílios materiais às agremiações amadoras organizadas pela população em forma regular.

Artigo 224 – O Município incentivará a prática de atividades de lazer, como forma de integração social, mediante:

I – reserva de espaços verdes ou livres, em forma de parques, bosques, jardins e assemelhados, como base física de lazer;

II – construção e manutenção de parques infantis, centros de juventude e de convivência comunitária, adequados à prática de esportes e lazer;

III – aproveitamento dos recursos naturais para a prática de atividades de lazer e turismo;

IV – práticas excursionistas;

V – adequação dos locais já existentes e previsão das medidas necessárias quando da construção de novos espaços, tendo em vista a prática de esportes e atividades de lazer por parte das pessoas portadoras de deficiência, idosos e gestantes, de maneira a integra-los aos demais cidadãos.

Artigo 225 – As atividades esportivas e de lazer implementadas pelo Município serão desenvolvidas de forma articulada com as atividades culturais, visando à implantação e ao desenvolvimento do turismo local.

CAPÍTULO V - DA PROTEÇÃO À FAMÍLIA, À CRIANÇA, AO ADOLESCENTE, AO IDOSO E ÀS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA

Artigo 226 – Cabe ao Município, bem como à família, assegurar à criança, ao adolescente, ao idoso e às pessoas portadoras de deficiência, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e agressão.

Artigo 227 – O Município promoverá programas especiais, admitida a participação de entidades não-governamentais, tendo como propósito:

I – concessão de incentivos às empresas que adequem seus equipamentos, instalações e rotinas de trabalho às pessoas portadoras de deficiência;

II – garantia às pessoas idosas de condições de vida apropriada, freqüência e participação em todos os equipamentos, serviços e programas culturais, educacionais, esportivos, recreativos e de lazer, defendendo sua dignidade e visando sua integração à sociedade;

III – integração social das pessoas portadoras de deficiências, mediante treinamento para o trabalho, convivência e facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos;

IV – prestação de orientação e de informação sobre a sexualidade humana e conceitos básicos da instituição da família, sempre que possível, de forma integrada aos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio;

V – incentivo aos serviços e programas de prevenção e orientação contra entorpecentes, álcool e drogas afins, bem como de encaminhamento de denúncias e atendimento especializado, referentes à criança, ao adolescente, ao adulto e ao idoso dependente.

Artigo 228 – O Município assegurará condições de prevenção às deficiências, com prioridade para a assistência pré-natal e infantil, assegurado, na forma da lei, às pessoas portadoras de deficiência e aos idosos, o acesso a logradouros e a edifícios públicos e particulares de frequência aberta ao público, com a eliminação de barreiras arquitetônicas, garantindo-lhes a livre circulação, bem como a adoção de medidas semelhantes, quando da aprovação de novas plantas de construção e a adaptação ou eliminação dessas barreiras em veículos coletivos.

Artigo 229 – A lei disporá sobre a composição, atribuições e funcionamento do Conselho Municipal de Assistência às Pessoas Portadoras de Deficiência, do Conselho Municipal de Assistência ao Idoso e do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

Artigo 230 - Aos maiores de sessenta anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos municipais urbanos.

CAPÍTULO VI

Seção I - Disposições Gerais

Artigo 231 - É lícito a qualquer cidadão obter informações e certidões sobre assuntos referentes à administração municipal.

Parágrafo Único - Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a declaração de nulidade ou anulação dos atos lesivos ao patrimônio municipal.

Artigo 232 - Os cemitérios, no Município, terão sempre caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, sendo permitido a todas as confissões religiosas praticar neles os seus ritos.

Parágrafo Único - As associações religiosas e os particulares poderão, na forma da lei e em consonância com a legislação federal, manter cemitérios próprios, fiscalizados porém, pelo Município.

Artigo 233 - O Município comemorará, anualmente, as seguintes datas:

I - 13 (treze) de junho - aniversário da instalação da Comarca;

II - 06 (seis) de agosto - dia do Padroeiro da cidade, Senhor Bom Jesus;

III - 04 (quatro) de dezembro - dia de aniversário da emancipação política do Município.

Seção II - Ato das Disposições Orgânicas Transitórias

Artigo 234 – O Regimento Interno da Câmara Municipal deverá ser adequado às disposições desta Lei Orgânica sempre que a aprovação de Emendas altere seu conteúdo.

Parágrafo único – Caberá à Mesa da Câmara constituir Comissão Mista encarregada de elaborar estudos preliminares para apresentar o Projeto de Resolução do Regimento Interno.

Artigo 235 – Esta Lei Orgânica, aprovada e assinada pelos integrantes da Câmara Municipal, é promulgada pela Mesa e entrará em vigor em 1º de janeiro de 2005, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Conchas, 29 de dezembro 2004.

José Tadeu Almada Neder
Presidente

Elias Valdrighi
Vice-Presidente

Calil Chagury
1º Secretário

Nilton Carlos Aliberti
2º Secretário

VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCHAS

LEGISLATURA 2001 – 2004

ADRIANA DEARO DEL BEM
AGENOR LUIZ DE SOUZA
ANTONIO JOSÉ SERAFIM
ANSELMO EDUARDO MARTELINI
BENEDITO MERLIN
CALIL CHAGURY
JOSÉ DEL BEM
JOSÉ OSCAR PAVAN
JOSÉ TADEU ALMADA NEDER
NILTON CARLOS ALIBERTI
ELIAS VALDRIGHI
SIDNEI VIEIRA DE MIRANDA
WILSON BENEDITO DE A. DEZIDÉRIO

LEGISLATURA 2005 – 2009

AGENOR LUIZ DE SOUZA
DARCISO APARECIDO LEITE DE ALMEIDA
EVA MARIA DE OLIVEIRA CAMPOS
JOÃO ROBERTO DEL BEM
JOSÉ TADEU ALMADA NEDER
MIGUEL JORGE MIR NETO
OMAR MIRANDA SILVA
SIDNEI VIEIRA DE MIRANDA
WILSON BENEDITO DE A. DEZIDÉRIO